

Luíza Gil Nieto Paggianella Benamor

Relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino

**Tese de Conclusão de Curso apresentada ao
Curso de Ciências Econômicas, Universidade
de São Paulo.**

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Leda Maria Paulani

São Paulo

2022

BENAMOR, Luíza

Relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino – São Paulo, 2022.

75 páginas

Área de concentração: Economia Feminista

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Leda Maria Paulani

Tese de Conclusão de Curso – Universidade de São Paulo

1. Economia Feminista; 2. Trabalho feminino; 3. Teoria do Valor

Sumário

Introdução	6
1. Trabalho reprodutivo	10
1.1. Divisão sexual do trabalho	10
1.2. Trabalho doméstico	14
1.2.1. Perspectiva marxista	15
1.3. Trabalho afetivo	20
2. Economia Feminista	28
2.1. Comparação à economia de gênero	28
2.2. Economia feminista de conciliação	33
2.3. Economia feminista de ruptura	40
3. Valor do trabalho feminino em um mundo globalizado	48
4. Feminismo contemporâneo: desafios impostos pelo capitalismo autoritário	56
Conclusões	64
Bibliografia	69

Resumo

Relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino

Objetivo: O capitalismo tem uma ampla influência na desigualdade de gênero em nossa sociedade. As vertentes da economia feminista deram enfoques distintos em como a opressão feminina ocorre economicamente na sociedade moderna e, logo, como esta atribui valor ao trabalho das mulheres. A economia feminista de ruptura busca desconstruir a lógica capitalista, o conceito de trabalho e o valor da produção com a finalidade da emancipação feminina e a devida inclusão das mulheres na economia. O presente projeto busca desenvolver essa análise, questionando a forma-valor no capitalismo e a cisão entre a esfera privada e pública da produção, de modo a explicitar a relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino. **Resultados:** O capitalismo, desde sua origem, excluiu as mulheres da participação na economia. Tal exclusão, aliada ao desenvolvimento da sociedade patriarcal, tem como alicerce certas construções sociais, como a divisão sexual do trabalho, a família nuclear e o “contrato sexual”. As teorias econômicas, tanto as neoclássicas quanto as de origem marxista, são fundamentadas em conceitos e definições de “trabalho” e “produção” que desvalorizam as atividades de mulheres. Portanto, a tentativa de tornar invisível o papel das mulheres na produção econômica desenvolveu-se analogamente ao capital e é uma parte essencial para o desenvolvimento do capitalismo. **Conclusão:** A libertação das mulheres da opressão patriarcal está diretamente aliada à necessidade de uma transformação profunda da sociedade como um todo. Para que isso ocorra, é necessário superar a dicotomia entre produção e reprodução - representada pelo masculino e feminino, respectivamente. Por meio de um novo paradigma, que permita interpretar o mundo através da perspectiva da sustentabilidade da vida humana, as mulheres fariam parte da economia. O benefício econômico não estaria mais acima da lógica reprodutiva. Ambos existiriam lado a lado, e tanto homens quanto mulheres teriam uma participação ativa nas atividades básicas da vida.

Palavras-chave: Economia Feminista; Trabalho feminino; Teoria do Valor

Abstract

Relation between capitalism and the value of women's work

Purpose: Capitalism has a wide influence on gender inequality in our society. The studies of feminist economics have approached in different ways how women's oppression occurs economically in modern society and, therefore, how it attributes value to women's work. The Disruptive Feminist Economics seeks to deconstruct the capitalist logic, the concept of work and the idea of value of production in order to promote female emancipation and the proper inclusion of women in the economy. The present project seeks to develop this analysis, questioning the form of value in capitalism and the split between the private and public spheres of production, in order to explain the relationship between capitalism and the value of female work. **Results:** Capitalism has, since its inception, excluded women from participating in the economy. Such exclusion, allied to the development of patriarchal society, is based on certain social constructions, such as the sexual division of labor, the nuclear family and the “sexual contract”. Economic theories, both neoclassical and Marxist, are based on concepts and definitions of “labor” and “production” that devalue women's activities. Therefore, the attempt to make women's role in economic production invisible is an essential part of capitalist society's development. Marxist and feminist economists have shown that the invisibility of reproductive work, historically delegated to women, is what allows capitalist accumulation. **Conclusion:** The liberation of women from patriarchal oppression is directly connected to the need for a profound transformation of society as a whole. In order for this to happen, it is necessary to overcome the dichotomy between production and reproduction - represented by male and female, respectively. Through a new paradigm, which allows the interpretation of the world from the perspective of the sustainability of human life, women would be part of the economy. The economic benefit would no longer be above reproductive logic. Both would be equivalent, and both men and women would actively participate in the basic activities of life.

Key words: Feminist Economics; Women’s Work; Value Theory

Introdução

O capitalismo tem uma ampla influência na desigualdade de gênero na nossa sociedade. As diversas áreas das Ciências Sociais e vertentes do Movimento Feminista deram enfoques distintos em como ocorre a opressão feminina, abordando aspectos da sociedade patriarcal por meio de diferentes paradigmas. Nas Ciências Econômicas, o surgimento de teorias sobre a influência do patriarcado na construção do sistema capitalista é muito recente: as análises econômicas que criticam as diferenças entre homens e mulheres surgiram apenas no final da década de 1960, com a segunda onda do Feminismo (OROZCO, 2005: 44).

A Economia Feminista surge como um contraponto às teorias econômicas predominantes, tanto ortodoxas quanto marxistas, que perpetuam as desigualdades de gênero. Com o desenvolvimento dos estudos feministas na Economia, as análises ganham uma nova dimensão, cuja principal categoria de valor é a reprodução e sustentabilidade da vida humana. As autoras desse movimento demonstraram que, por meio da desconstrução da lógica capitalista, o trabalho feminino passaria a ter seu valor reconhecido. Através do reconhecimento das atividades das mulheres que são historicamente invisibilizadas, estaríamos construindo uma sociedade rumo à emancipação feminina e igualdade de gênero.

Dessa maneira, pretendo analisar como o capitalismo influencia o valor do trabalho feminino na sociedade, demonstrando o impacto da estrutura capitalista do valor e da divisão sexual do trabalho na desvalorização da produção das mulheres e na sua exclusão econômica. Assim, irei basear-me em autores críticos do capitalismo para demonstrar como ele é, em sua estrutura, fonte da exploração patriarcal. Dessa forma, esse estudo busca desenvolver o estudo da Economia Feminista de ruptura, que coloca a forma do valor capitalista como a fonte principal da desigualdade de gênero.

A hipótese a ser explorada pela pesquisa é a de que a forma do valor mercantil no capitalismo influencia diretamente a exclusão das mulheres da economia e, apenas a partir da desconstrução dessa forma, a emancipação econômica feminina plena será possível. Como ponto de partida para a compreensão de valor no sistema econômico, a investigação proposta baseia-se na teoria marxista do valor. As ideias de Marx tiveram papel relevante na gênese da luta das mulheres pelo reconhecimento do seu trabalho e geram, até os dias de hoje, diversas controvérsias entre as feministas marxistas e aquelas que propõem uma desconstrução e reformulação do marxismo a fim de promover a igualdade entre os sexos. Os seus conceitos

de trabalho abstrato e fetichismo delineiam de forma clara como a construção da economia tal qual a conhecemos hoje é um desafio para a igualdade entre os sexos.

Para Karl Marx (1996 : 67), uma mercadoria deve satisfazer as necessidades humanas de qualquer natureza, sejam elas físicas, fantasiosas ou emocionais. As qualidades de uma mercadoria que lhe tornassem úteis a alguém faziam com que ela tivesse um *valor de uso.* Este, por sua vez, não depende da quantidade de trabalho despendida para a produção da mercadoria e apenas de suas qualidades físicas. O segundo aspecto de uma mercadoria é que ela possui um *valor de troca*, o qual está assentado em seu valor de uso. Inicialmente, o valor de troca é uma relação quantitativa de acordo com a qual valores de uso de diferentes mercadorias são trocados. No entanto, o que caracteriza a relação de troca é a abstração dos valores de uso dos itens envolvidos nela. Ao abandonar o valor de uso das mercadorias enquanto elemento que possa ter importância nas relações de troca que estabelecem entre si resta-lhes uma propriedade: elas são produto do trabalho humano e sem diferença alguma em sua qualidade, ou seja, abstrato. Portanto, o que há de comum entre todas as mercadorias, o que é revelado na relação de troca entre elas, é o seu *valor*, cuja substância é o trabalho humano abstrato. Dentro da noção de mercadoria estabelecida por Marx, há um desdobramento que está ligado às formas de trabalho reprodutivo: há ainda o caso de bens ou serviços que podem ser úteis e produtos do trabalho humano sem serem mercadoria. Uma mãe que gasta horas de seu dia limpando sua casa, produziu valor de uso (horas de serviço de limpeza), mas produziu para consumo próprio e de sua família. Não produziu, portanto, mercadoria. Para que seja criada uma mercadoria, deve-se gerar valor de uso *social* - ou seja, não apenas para si mesmo (e para sua família), mas para as outras pessoas.

A teoria marxista sobre a forma do valor, ou seja, a forma social assumida pelo trabalho (valor, cuja substância é o trabalho abstrato), resulta de uma forma de trabalho determinada (trabalho concreto). A partir dessa dupla forma do valor, surge o conceito de duplo caráter do trabalho. Como disse Isaak I. Rubin (1980) esse conceito é a parte mais original e inovadora da teoria do valor marxista. Afinal, a ideia de que o valor é criado pelo trabalho já existia muito antes de Marx e foi popularizada por David Ricardo - contudo, há um novo significado apresentado em *O Capital*. O pensador alemão apresenta uma distinção entre duas formas de trabalho: o processo técnico-material de produção e as formas sociais que derivam dele; ou seja, entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. A equivalência dos produtos enquanto valores é a igualação de todas as formas de trabalho concreto despendido na sociedade. Assim

surge o trabalho abstrato, por meio da equivalência dos trabalhos concretos que é realizada no ato da troca. Logo, o trabalho abstrato não exprime uma igualdade psicológica de várias formas de trabalho, ou uma igualdade abstrata que ocorre apenas no âmbito do pensamento. Trata-se de uma igualação social de diferentes formas de trabalho, que se realiza cotidianamente na forma específica de igualação dos produtos do trabalho (RUBIN, 1987: 87).

Nessa sociedade de trocas mercantis, tal qual analisada por Marx, surge um fenômeno alienante e intrínseco à existência humana no capitalismo: o fetichismo das mercadorias. Neste, as relações humanas estariam por trás das relações entre as mercadorias. A consequência disso é a ilusão humana de atribuir aos objetos características cuja origem está nas relações sociais ao longo do processo produtivo. O fetichismo faz com que a propriedade da troca que as mercadorias possuem apareça como algo natural, que está associado a elas enquanto coisas. Ou seja, a relação entre as pessoas (construída ao longo do processo produtivo) aparece como uma relação entre as coisas, seja subjugada à busca pela valorização do valor que permeia o capital.

Com o avanço dos estudos feministas, a compreensão marxista acerca do valor foi reformulada e expandida para incluir o componente de gênero. A fim de estabelecer mais precisamente a relação entre a forma-valor e as relações de gênero, abordarei no capítulo 1 os aspectos socioeconômicos ligados ao Trabalho reprodutivo, o elemento central da reprodução da vida humana e que foi historicamente delegado às mulheres. Nesse âmbito, analisarei conceitos interligados às atividades reprodutivas: a Divisão sexual do trabalho, o Trabalho doméstico e o Trabalho afetivo. Para de fato compreender como tais formas de trabalho funcionam como mecanismo de opressão no capitalismo, é fundamental estudar as perspectivas da Economia Feminista. Para tanto, discutirei, no capítulo 2, quais são os princípios tanto da Economia Feminista quanto da Economia de Gênero para, na sequência, comparar seus diversos aspectos. Dessa maneira, procuro evidenciar a diferença entre as abordagens econômicas que buscam apenas contabilizar a produção feminina - sua subrepresentatividade e desvalorização, sem questionar as teorias e dinâmicas patriarcais centradas nos homens, daquelas que têm um olhar mais adequado a essa temática. Apresentarei as teorias da Economia Feminista de conciliação, que propõem a integração do trabalho reprodutivo às análises econômicas e a seguir, focarei a análise nas propostas de autoras da chamada Economia Feminista de ruptura (a perspectiva na qual se baseia esta

pesquisa), que subvertem a economia patriarcal e propõem paradigmas inéditos. Em linha com as novas dinâmicas de poder impostas por um mundo cada vez mais globalizado, trarei certas considerações sobre o valor do trabalho feminino em meio à globalização, uma vez que o processo criou novas relações de exploração entre as mulheres e novas formas de mercantilização do trabalho doméstico que são de suma importância para a compreensão dos caminhos à emancipação feminina. Finalmente, procurarei explorar quais são os desdobramentos da nova forma de organização capitalista desenvolvida nos últimos anos em escala global, marcada pelo autoritarismo e abalo das instituições tradicionais que sustentaram o sistema até os dias atuais, sobre a luta pela emancipação feminina.

1. Trabalho reprodutivo

Ao pensar sobre trabalho na sociedade capitalista, é inevitável lembrar das desigualdades entre homens e mulheres nesse âmbito. Essas desigualdades se traduzem tanto no acesso de mulheres ao mercado de trabalho quanto na remuneração e benefícios que estas recebem uma vez dentro dele. No entanto, há ainda uma desigualdade sistemática e estrutural que atinge o “valor” do que é produzido por cada um dos sexos. Enquanto uma primeira linha de análise do trabalho desempenhado pelas mulheres busca constatar o acúmulo de desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho e no âmbito familiar, uma linha alternativa objetiva delinear a origem dessas desigualdades e analisar o sistema que as produz em diversas instituições sociais. Assim como diversas autoras notáveis da economia feminista, essa pesquisa irá aprofundar-se no segundo tipo de análise.

Analisando as relações sociais de uma perspectiva econômica, estabelece-se uma divisão entre duas dimensões: a produção econômica e a reprodução social (TEIXEIRA, 2017: 20). O trabalho produtivo é aquele englobado pela esfera da produção econômica, voltado para a produção de bens e serviços para o mercado. Já a esfera da reprodução social abarca o trabalho reprodutivo, responsável por garantir e manter a reprodução humana, que é evidentemente o elemento central do processo de reprodução material de uma sociedade. Enquanto o trabalho produtivo é conceitualmente compreendido de maneira quase que instantânea, o trabalho reprodutivo, por sua vez, engloba diferentes atividades e possui diversas nuances. Apesar de seu conceito variar de acordo com as condições materiais existentes, para facilitar seu entendimento, ele pode ser decomposto em três frentes: *reprodução biológica*, no que tange à procriação e ao cuidado das crianças; *reprodução da força de trabalho*, ou seja, sua manutenção cotidiana, educação, técnicas produtivas e socialização; e *reprodução social* que cuida da transmissão de recursos econômicos de uma geração para outra por meio de instituições como a família.¹

1.1. Divisão sexual do trabalho

Historicamente, o trabalho reprodutivo tem sido atribuído às mulheres, tanto em seu contexto biológico como social. Mesmo em sociedades patriarcais, nas quais o homem é visto como líder e está no topo da hierarquia familiar, é papel da mulher, além de procriar, criar os

¹ Dentro da esfera reprodutiva, destacam-se duas formas específicas de trabalho: o trabalho doméstico e o afetivo. No tópico 2.3, discutirei o trabalho afetivo e a presença feminina nesse campo.

sucessores e garantir o conforto e vontades de seus companheiros. Nessa principal atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, está a origem da divisão sexual do trabalho. De acordo com essa divisão, a produção tem mais valor do que a reprodução e, portanto, a produção "masculina" vale mais do que a "feminina". Portanto, o movimento feminista tomou como um de seus objetivos demonstrar que o trabalho doméstico, que é hoje naturalmente incumbido às mulheres, é um “trabalho” que gera valor como qualquer outro trabalho considerado produtivo. Para isso, não é suficiente apenas somar trabalho produtivo e reprodutivo pois, como será demonstrado, a construção econômica predominante, que valoriza o capital acima da “produção do viver” (HIRATA, 2007: 596), não é capaz de abarcar o trabalho doméstico como uma atividade que cria valor.

Na década de 1960, o movimento feminista passava pelo que hoje é reconhecido como a segunda onda do feminismo. Nesse momento em que as relações e a desigualdade entre homens e mulheres estavam sendo estudadas, foram desenvolvidos os conceitos de gênero e *relações sociais de sexo*. De acordo com Godinho (2007), o desenvolvimento desse conceito de relações sociais de sexo foi um processo importante para compreendermos as relações entre homens e mulheres como categoriais sociais complexas e integrais. No Brasil, o conceito foi divulgado vinculado às discussões sobre trabalho e *divisão sexual do trabalho*. Por entender que a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo formam um só sistema que se alimenta de maneira recíproca, utilizarei ambos os conceitos para refletir sobre possíveis novas frentes de definição dos conceitos de trabalho e de valor, sobretudo um arcabouço conceitual que abarque o trabalho reprodutivo e o valor da produção feminina. Cabe notar que, nessa perspectiva, é essencial considerar também as relações de classe, uma vez que analisar as desigualdades de gênero sem uma articulação com a opressão de classe parece ineficiente, já que ambas fazem parte do mesmo sistema capitalista.

Uma vez traçado o nosso objetivo e situado o nosso contexto teórico, é importante explorar as definições e aprofundar as implicações da divisão sexual do trabalho. De maneira mais simples, a divisão sexual do trabalho é puramente a divisão social do trabalho que decorre das relações sociais entre os sexos, histórica e socialmente determinada. Nela, o homem está designado à esfera produtiva e à ocupação de cargos com maior valor social, como líderes políticos e religiosos; enquanto a mulher está designada à esfera reprodutiva, conforme já adiantado.

Contudo, na proposta de aprofundarmo-nos no sistema que gera as desigualdades entre os sexos, é imprescindível adotar uma definição mais clara dos princípios da divisão sexual do trabalho, tal como o fazem Hirata e Kergoat (2007). Assim, há dois princípios organizadores: o de separação, o qual dita que há trabalhos designados para homens e outros para mulheres, e o de hierarquia, segundo o qual o trabalho masculino vale mais do que o feminino. Ainda de acordo com as autoras, esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, ao longo da história e ao redor do mundo, e podem ser aplicados pela ideologia naturalista - reduzindo o gênero a sexo biológico e suas práticas a “papeis sociais” que estariam ligados ao destino da espécie. No entanto, a divisão sexual do trabalho tem enorme plasticidade e muda suas modalidades ao longo do tempo e espaço.

O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), *e sim a distância entre os grupos de sexo*. Portanto, esta análise deve tratar dessa distância, assim como das “condições”, pois, se é inegável que a condição feminina melhorou, pelo menos na sociedade francesa, a distância continua insuperável (HIRATA E KERGOAT, 2007: 600).

No capitalismo do século XXI, o trabalho tem se tornado cada vez mais precário e flexibilizado. Recentemente, com os avanços de novas formas de trabalho, surgiu inclusive o termo “uberização do trabalho”² para caracterizar o novo rumo que o mercado tem tomado. A tendência mundial tem afetado também as mulheres, mesmo aquelas que eram antes exclusivamente destinadas ao trabalho reprodutivo. Com isso, discute-se as novas configurações da divisão sexual do trabalho, afetadas pela flexibilização e globalização. Kergoat (1998) ressalta os “nomadismos sexuais” que surgem a partir disso e é importante mencionar o nomadismo temporal que surge para as mulheres: a exploração do trabalho em tempo parcial, acarretando períodos de trabalho dispersos no dia e na semana. Em função disso, o trabalho feminino se duplica pois, além do trabalho fora de casa, há ainda as obrigações reprodutivas, de gerir a casa, a sua família e, certas vezes, até a vida do seu

² O fenômeno da uberização das relações de trabalho caracteriza uma exploração da mão de obra que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, ao funcionamento das empresas e à forma de controle, gerenciamento e apropriação do trabalho (ABÍLIO, 2018). Sendo assim, a nomenclatura tem sido usada para caracterizar relações de trabalho, entre empregados e empregadores, que, em sua natureza, retiram dos primeiros suas garantias e direitos, mantendo-os subordinados.

marido. A frase associada a Alexandra Kollontai, dita na década 1920 mas ainda muito contemporânea, sintetiza essa problemática: “O capitalismo colocou sobre os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga, converteu-a em operária sem aliviar seus cuidados de dona de casa e de mãe” (KOLLONTAI *apud* CRUZ, 2011: 6).

Outro fenômeno observado é o aprofundamento das desigualdades entre mulheres diante da modernização das relações empregatícias. O número de mulheres que atuam em profissões historicamente masculinas e em altos cargos em empresas aumentou bastante nos últimos anos. Segundo a ONG Catalyst (2020), que fornece dados acerca do espaço que as mulheres ocupam no mercado de trabalho, em 2019, a posição de mulheres em cargos administrativos senior aumentou para 29%, o maior número já registrado. Essa proporção foi mantida em 2020. Concomitantemente, muitas mulheres continuam desempregadas e na faixa da pobreza. Devido à pandemia, mulheres ao redor do mundo todo vivenciaram perdas de emprego sem precedentes. De acordo com um estudo que analisou tendências econômicas em seis países (China, Itália, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido e Estados Unidos), as mulheres têm 24% mais probabilidade de perder seus empregos permanentemente em comparação aos homens (Catalyst, 2021). Assim, fica clara a dinâmica onde cada vez mais mulheres ocupam cargos de liderança enquanto o número daquelas que estão em uma situação de precarização do seu trabalho também aumenta. Conforme as mulheres das sociedades do “Norte” (países considerados desenvolvidos, social e economicamente, como os Estados Unidos e nações europeias) trabalham cada vez mais fora de casa e desenvolvem suas carreiras, estas precisam delegar seu trabalho doméstico a alguém, uma vez que a dupla-jornada não lhe é possível. Dessa forma, elas recorrem à reserva de mulheres em situação precária e frágil, que são geralmente imigrantes do “Sul” mundial – o antigo Terceiro Mundo, hoje denominado “países em desenvolvimento”, majoritariamente localizados nas Américas, África e Ásia (e em países socialmente marcados pela desigualdade social como o nosso, esse fenômeno se repete internamente).

Em diversos artigos, a socióloga, economista e feminista Silvia Federici (1999) fala sobre essa nova relação de classe entre as mulheres de países do centro econômico mundial e aquelas que são de nações “à margem”. Segundo a autora, a globalização da economia provocou uma crise na reprodução social da África, Ásia e da América Latina, manifestando-se por meio da nova divisão internacional do trabalho. Isso consiste no aproveitamento da mão de obra feminina dessas regiões para garantir a reprodução de força

de trabalho nas metrópoles. Dessa maneira, as mulheres estão mundialmente sendo integradas à economia mundial - porém, por meio de uma situação de ainda bastante exploração, na qual elas exercem uma dupla função produtiva, reproduzindo mão de obra para as economias locais e para os países industrializados (FEDERICI, 2019: 140). No tópico 4 desta pesquisa, serão analisadas mais profundamente as novas relações sociais de trabalho entre mulheres que surgem devido à globalização.

Em suma, as novas modalidades da divisão sexual do trabalho têm como um de seus pontos principais a reorganização do trabalho assalariado e reprodutivo, no qual a organização da casa e, em certos casos, até a criação dos filhos, é administrado por outra mulher - principalmente imigrantes latinas, africanas e asiáticas - contratada para este fim. Outro ponto importante é o aumento da diferença de classes entre as mulheres, pois enquanto algumas avançam muito em suas carreiras, outras vão enfrentando condições cada vez mais precárias. Desse modo, após a compreensão da nova divisão sexual do trabalho no capitalismo contemporâneo, cabe uma análise mais específica do trabalho doméstico.

1.2. Trabalho doméstico

O trabalho doméstico é uma forma específica do trabalho reprodutivo. Ele está associado à gestão da vida dentro de casa e envolve, comumente, as tarefas domésticas de limpar, organizar os espaços e cozinhar. A partir da década de 1970, esse tipo de atividade torna-se uma pauta do movimento feminista. Para as mulheres, tornou-se evidente que elas desempenham uma quantidade enorme de trabalho de maneira gratuita, invisibilizada e realizada para as outras pessoas em nome do amor e da natureza - como se fosse um papel intrínseco ao sexo feminino. Nesse momento, surgem análises dessa forma de trabalho pela perspectiva sociológica e uma massa significativa destes aborda o trabalho doméstico como uma atividade que também gera valor, tanto quanto o trabalho produtivo voltado para o mercado (como foi explicitado anteriormente, é a partir desses estudos que surgem as definições da divisão sexual do trabalho).

Atualmente, no discurso acadêmico das ciências sociais, o termo trabalho doméstico tem sido usado para falar sobre uma “dupla jornada” e “conciliação de tarefas”, como se fosse um apêndice do trabalho assalariado (HIRATA E KERGOAT, 2007: 599). O feminismo liberal, baseado na premissa de autonomia dos indivíduos, defende que a conquista de espaços tradicionalmente masculinos em carreiras assalariadas é capaz de oferecer a emancipação e

independência feminina. Assim, a libertação das mulheres é vista como uma trajetória individual e durante a qual ela deve entrar no mercado de trabalho capitalista para libertar-se do seu espaço doméstico.

Contudo, há autores que, analisando o valor do trabalho feminino, tecem uma abordagem de modo a questionar a sociedade salarial e os preceitos individualistas e economicistas, como Fougeyrollas-Schwebel (1998), Hartmann (1979), Dalla Costa (1971), Delphy (1984) e Federici (1975). Tais desenvolvimentos teóricos que buscam ir além da simples "diferença salarial" e "conciliação de tarefas" desenvolvem o feminismo marxista, demonstrando que a teoria de Marx sobre o valor não abarca o trabalho feminino dentro de casa e propondo salários para o trabalho doméstico como uma maneira de desestabilizar o capitalismo. Será a partir dessa perspectiva que analisaremos o trabalho reprodutivo e sua relação com a emancipação feminina.

1.2.1. Perspectiva marxista

O pensamento econômico de Marx é baseado na crítica à economia política clássica. Portanto, suas análises e os conceitos desenvolvidos por ele são elementos ideais para construir a crítica ao capitalismo e ao trabalho dentro do sistema. Como explicado no tópico 1.3, em termos marxistas, para algo ser uma mercadoria é necessário que satisfaça as necessidades humanas de qualquer natureza (físicas, fantasiosas ou emocionais) e que possua um *valor de troca*. O valor em si da mercadoria é, por sua vez, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do seu valor de uso. Além disso, segundo o conceito marxista de fetichismo, no capitalismo, as relações humanas estariam por trás das relações entre as mercadorias, ou seja, relações entre pessoas aparecem como relação entre coisas.

O feminismo marxista é uma corrente do feminismo que aplica os conceitos marxistas sobre luta de classes, relações de poder e sistema capitalista para desenvolver uma compreensão sobre a opressão sofrida pelas mulheres. As perspectivas de luta de classes, exploração decorrente do capitalismo e desigualdades que surgem pelo mercado foram propícias para muitas questões que surgiram durante a segunda onda do feminismo. Assim, quando o debate sobre trabalho doméstico surge na década de 1960, muitas feministas usam a base marxista. O debate girou em torno da função do trabalho doméstico, dentro do capitalismo, de manter e reproduzir a força de trabalho, diminuindo os custos de manutenção

e reprodução das gerações de trabalhadores atuais e futuras (HIMMELWEIT; MOHUN, 1977 *apud* TEIXEIRA, 2017: 104). O debate de divisão sexual do trabalho, como explicado anteriormente, também está relacionado com as considerações de Marx acerca da divisão social do trabalho, de modo que a discussão também se encaminhou, posteriormente para essa temática.

O ponto que torna o trabalho de Marx e Engels interessante para o feminismo é a sua contribuição ferramental e metodológica. O materialismo histórico e as análises acerca das opressões que surgem do modo de produção capitalista são interpretações que contribuem para a compreensão do que é ser mulher no capitalismo. Ademais, é importante lembrar que, no momento em que surgia o movimento do feminismo marxista, parte da ciência - e da sociedade como um todo - ainda tentava explicar a situação das mulheres por meio de um determinismo biológico, o que era combatido pelo seu método histórico e materialista. As contribuições analíticas de Marx sobre a família como um fenômeno social mutável, cuja estrutura está diretamente ligada à divisão sexual do trabalho, também foram muito significativas para o movimento.

No entanto, é interessante estabelecer, do ponto de vista econômico, o contraponto às explicações do marxismo acerca da situação feminina. De acordo com Engels (1972: 221), a exclusão das mulheres da economia de mercado, ou seja, o fato de não desempenharem um trabalho social produtivo, era um motivo essencial para a desigualdade entre homens e mulheres. Nas considerações feitas pelo autor acerca da situação feminina, ele assume que a sua situação de classe era determinada pela assimilação à classe de seus pais e maridos. Assim, a desigualdade entre as classes era prioritária e todos os trabalhadores, independentemente do seu sexo, estavam reduzidos ao trabalho alienado comum:

As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. (...) O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. (...) Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes (...). De igual maneira, o caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna,

assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. (ENGELS, em MARX e ENGELS, s/d, p.61. vol.3)

Nesse sentido, as feministas marxistas e socialistas encontraram um desafio em meio à crítica de Marx ao sistema capitalista: onde se encaixaria o trabalho doméstico e, logo, o trabalho feminino, diante dos conceitos de trabalho produtivo e de valor? Além disso, a desigualdade de gênero era, no marxismo clássico, completamente ofuscada pela situação de classe. Com o enfoque completo na opressão do capital e de classes, faltava espaço para uma explicação sobre a opressão exercida pela estrutura patriarcal sobre as mulheres.

A economista feminista Heidi Hartmann foi uma grande crítica à abordagem marxista clássica em relação às mulheres. "As tentativas recentes de integrar o marxismo ao feminismo são insatisfatórias para nós enquanto feministas, pois subordinam a luta feminista a uma luta 'maior' contra o capitalismo" (HARTMANN, 1979: 1). Mas, se, por um lado, o marxismo parece insuficiente para abordar as relações de gênero, o feminismo é beneficiado pelo materialismo. A autora explica que há 3 maneiras de a análise marxista se manifestar em relação às mulheres - nas quais, em sua grande maioria, o tema é tratado na relação com o sistema econômico, e não pela relação entre os sexos (TEIXEIRA, 2017: 106). A divisão proposta por Hartmann é interessante pois oferece um panorama geral de como o marxismo se desenvolveu diante do debate crescente acerca do patriarcado e do trabalho feminino. As três abordagens por ela colocadas são: a pioneira, de Marx e Engels; a segunda, dos marxistas da década de 1970, como Zaretsky; e a terceira, das feministas marxistas, como Dalla Costa.

Retomando as interpretações marxistas originais, como foi dito acima, Marx e Engels não davam a devida atenção ao patriarcado como causa da opressão feminina. Logo, para eles, a emancipação das mulheres seria alcançada por meio da sua incorporação à força de trabalho e estaria apenas completa depois da revolução, quando o trabalho doméstico seria coletivizado e elas estariam livres da "dupla jornada". Sendo assim, o caminho para a libertação feminina seria a união aos homens na luta contra o capital e a propriedade privada. Como diz Silvia Federici (2019: 201), a análise de Marx do capitalismo foi prejudicada pela sua falta de

reconhecimento do trabalho reprodutivo como atividade que gera valor e que foi essencial no processo de acumulação primitiva. Ainda segundo a autora, o motivo dessa omissão de Marx está na sua visão "tecnologicista" da revolução, ou seja, "ele não reconhece a importância do trabalho reprodutivo pois aceitou os "critérios capitalistas" sobre o qual se constitui o trabalho e porque acreditava que o trabalho industrial assalariado era o estágio no qual se desenvolveria a batalha para a emancipação humana" (FEDERICI, 2019: 201). Nesse sentido, fica claro que a partir do momento em que as vivências masculinas e femininas no capitalismo são colocadas em pé de igualdade e a opressão do capital é colocada acima da patriarcal, o trabalho das mulheres é desvalorizado.

Ainda segundo Hartmann (1979), a segunda abordagem marxista sobre a situação das mulheres surge com os autores da década de 1970, cujas teorias avançaram no reconhecimento das diferentes vivências entre os gêneros no capitalismo. O historiador Eli Zaretsky (1976) explica que, apesar da desigualdade sexual não ter surgido no capitalismo, as formas que ela hoje assume estão diretamente ligadas ao modo de produção atual. A separação entre a família e a vida pessoal, entre esfera pública e privada e entre trabalho produtivo e reprodutivo são, portanto, fruto do capital. Desse ponto de vista, a exclusão das mulheres do trabalho assalariado está ligada também à manutenção do sistema, pois tem como objetivo mantê-las ocupadas com a atividade de reprodução de trabalhadores assalariados. É essencial para a estrutura do capitalismo essa parcela do trabalho feminino não-remunerado. Por meio desse trabalho, as mulheres contribuem ainda para o crescimento do exército industrial de reserva, o mecanismo demográfico e social que permite a pressão dos capitalistas sobre o salário do proletariado. Sendo assim, mostra-se necessário revisar o sentido de produção e de valor dentro do capitalismo, pois apenas quando o trabalho doméstico e reprodutivo for reconhecido como uma atividade geradora de valor estaríamos caminhando rumo a uma sociedade onde a divisão sexual do trabalho e a exclusão feminina não serão imperativas. Desse modo, para que a opressão feminina, nos moldes capitalistas, acabe, é necessário mudar as estruturas do sistema atual.

Por mais que as considerações do marxismo da década de 1980 tenham avançado em seu reconhecimento da opressão patriarcal, ainda havia uma grande omissão da responsabilidade masculina para as desigualdades de gênero. Embora Zaretsky reconheça que o sexismo não é uma criação capitalista, ele atribui a opressão à esfera privada, que deveria, portanto, ser o foco da luta feminista. Contudo, historicamente, as mulheres eram excluídas de

sindicatos e espaços de trabalho assalariado e masculino. Nesses momentos, por mais que o contexto fosse de luta de classes, quem excluía e se beneficiava dessa separação eram os homens. Por isso, era necessário ainda um avanço para a real atribuição da opressão feminina não só à propriedade privada, à esfera privada e ao capital, como também ao patriarcado.

Finalmente, a última abordagem analisada por Hartmann (1979) é a das feministas marxistas, que buscaram ressignificar a relação entre trabalho doméstico e capital. Para elas, o trabalho doméstico é inerente ao capitalismo e, enquanto o sistema existir, esse será o espaço das mulheres. O debate sobre o papel do salário na luta feminista também inicia-se nessa corrente de pensamento. Em "Mulheres e a subversão da comunidade" (1971), Mariarosa Dalla Costa defende que os trabalhos doméstico e reprodutivo deveriam tornar-se trabalho assalariado. A luta de salários para o trabalho doméstico foi uma pauta importante do feminismo marxista na década de 1980, mas também dividiu a esquerda que, em parte, acreditava que isso iria contribuir para um maior controle da classe operária por parte dos capitalistas. Dalla Costa afirma que a exclusão do trabalho feminino da esfera assalariada impediu que as mulheres participassem ativamente na revolta social. A teoria marxista deixou claro que o salário é um mecanismo pelo qual se opera o controle do capital, permitindo a extração da mais-valia e a acumulação capitalista. Contudo, a autora afirma que o que não foi analisado pelo movimento da classe trabalhadora é que a exploração do trabalho não assalariado se opera precisamente pelo fato de haver formas de trabalho que são assalariadas (DALLA COSTA, 1971: 10). A exploração capitalista sobre as mulheres é, portanto, mais eficiente, pois a falta de salário a esconde.

O feminismo marxista foi também responsável por desconstruir a noção de que a libertação feminina pode ser alcançada pela conquista individual de cargos normalmente masculinos e de atividades assalariadas fora de casa. Esse seria o caminho rumo à emancipação feminina para o feminismo liberal, baseado em preceitos neoclássicos, e para algumas socialistas, por acreditarem que, dessa maneira, as mulheres estariam se juntando à luta de classes e desempenhando um papel socialmente útil. A "esperança" atribuída ao crescimento da presença feminina nos trabalhos assalariados está associada também aos setores que eram contra a campanha de salários para o trabalho doméstico, pois defendiam que essa luta estava contribuindo para a manutenção das mulheres em atividades puramente reprodutivas. Contudo, como defende Silvia Federici (1984: 118), a demanda de salários para o trabalho doméstico era essencial para a emancipação. Podemos destacar três pontos para os

quais essa campanha contribuiu em relação ao feminismo: (i) trabalho doméstico e reprodutivo são trabalhos e devem ser reconhecidos como tal, já que compõem uma quantidade enorme de atividades não remuneradas e invisibilizadas; (ii) o trabalho doméstico é uma pauta que une todas as mulheres, uma vez que é um problema que todas têm em comum; (iii) conquistar um trabalho assalariado não é o caminho que leva à independência feminina e colocar isso como um imperativo exclui milhões de mulheres que não desejam trabalhar fora de casa pois já trabalham muito cuidando da casa e de atividades reprodutivas - além do mais, ninguém está livre de tarefas domésticas simplesmente por ter arranjado um emprego.

Nesta sociedade, em que o dinheiro governa todas as nossas relações, pedir responsabilidade social é pedir que aqueles que se beneficiam do trabalho doméstico (as empresas e o Estado como "coletivo capitalista") paguem por isso. Caso contrário, contribuimos para o mito - tão oneroso para nós, mulheres - de que educar crianças e servir aqueles que trabalham é uma questão privada e individual, e apenas a "cultura masculina" é culpada pelas formas sufocantes nas quais vivemos, amamos e nos reunimos (FEDERICI, 2019: 120).

Desse modo, fica claro que o feminismo marxista traz contribuições muito plurais e também muito importantes para a luta feminina. Levando em consideração o que foi colocado pelas intelectuais do movimento, o trabalho doméstico deve ser analisado e compreendido pelo sistema que o define da maneira em que ele se coloca hoje, ou seja, o capitalismo, mas sem deixar de levar em conta que ele se situa no contexto da opressão patriarcal e da esfera familiar. Por mais que o marxismo ortodoxo tenha falhado em entender as desigualdades de gênero como algo que precede o capitalismo e surge de outras estruturas além do modo de produção, as teorias de Marx foram de extrema importância para o debate que surgiu posteriormente, baseado em seus conceitos e em seu método materialista.

1.3. Trabalho afetivo

"Trabalho afetivo" é um termo recente, criado em meados de 1990, por marxistas autonomistas que estudavam a reestruturação do ambiente de trabalho diante da globalização. Atualmente, ele é usado para descrever o trabalho "pós-fordista", novas atividades no setor de serviços e também como sinônimo de trabalho reprodutivo e um ponto de partida para o estudo do trabalho feminino (FEDERICI, 2011: 324). Por ser temática muito ampla, a análise aqui desenvolvida irá focar nas contribuições desse conceito para a compreensão do trabalho

feminino no século XXI e do espaço que as mulheres ocupam no setor de serviços. Além disso, buscaremos mostrar que o uso do "trabalho afetivo" para caracterizar a nova tendência do trabalho na pós-modernidade tende a ofuscar e dificultar a luta das mulheres.

Para analisar o trabalho afetivo, iremos adotar a perspectiva de Hardt e Negri (2000), os pioneiros a tratarem do tema. É necessário, primeiramente, compreendermos o que é o trabalho imaterial, o cerne da trilogia dos autores³. Em sua teoria, as lutas do século XX teriam forçado o capitalismo a instituir uma nova ordem econômica que representa uma transição para o pós-capitalismo, uma vez que o trabalho estaria tornando-se mais autônomo em relação ao capital e cooperativo, enquanto também ocorre uma reorganização política da força de trabalho mundialmente. O capitalismo teria então alcançado um estágio de desenvolvimento tal qual aquele descrito por Marx nos *Grundrisse*, no qual a ciência torna-se a principal força produtiva e o componente intelectual/cultural das mercadorias é o que move a valorização. Dessa maneira, o trabalho imaterial - aquele que produz os objetos não físicos, como códigos, dados, símbolos, ideias e relações sociais - é a forma dominante de trabalho (FEDERICI, 2011: 327). Entrando mais nos detalhes sociais, pode-se assumir que a divisão social do trabalho e as desigualdades que dela decorrem seriam alargadas com o surgimento e crescente hegemonia desse tipo de atividade. Contudo, não há a criação de mais hierarquias e distinções uma vez que, com o tempo, segundo os autores, todas as formas de trabalho se tornarão imateriais (HARDT e NEGRI, 2004: 107, 328 e 249). Para sustentar esse argumento, os autores utilizam-se da teoria que Marx propõe em "Maquinaria e Grande Indústria", um dos Capítulos do livro 1 de "O Capital", no qual ele afirma que, ao longo das fases do capitalismo, a forma dominante de trabalho assimilará as outras, que, então, assumirão suas características. Sendo assim, o trabalho imaterial não determinará o limite entre trabalho intelectual e manual, e sim determinará uma nova fase da sociedade na qual todo tipo de trabalho será transformado à sua imagem.

É importante ressaltar as consequências que o trabalho imaterial produzem na teoria de Hardt e Negri: uma realidade na qual a relação entre o proletariado e o capital é

³ A trilogia de livros de Hardt e Negri é composta por Império (2000), Multidão (2004) e Bem-estar Comum (2016). Nas obras, os autores se propuseram a repensar o capitalismo contemporâneo a partir da perspectiva do marxismo autônomo e desenvolveram o conceito de trabalho imaterial para caracterizar a nova forma produtiva que seria predominante na pós-modernidade. Tal conceito é essencial para compreendermos o trabalho afetivo e suas implicações na situação feminina.

transformada e o trabalho torna-se mais autônomo, auto-organizado e cooperativo. Essa transformação deve-se à fuga do capital para o sistema financeiro, devido à luta dos trabalhadores, o que tornou a esfera produtiva mais livre de sua supervisão, e ao fato de o trabalho baseado no conhecimento não poder ser controlado. Finalmente, outro aspecto que deve ser destacado da obra é que, segundo os autores, com a *imaterialização* da produção, as categorias utilizadas para classificar o trabalho no período industrial, como produtivo/improdutivo, produção/reprodução e assalariado/não assalariado, desaparecem - assim como as hierarquias por elas geradas. Para Hardt e Negri, nesse novo capitalismo, todas as articulações sociais são produtivas e geram valor para o capital. A partir disso surge a imagem da "multidão" como o sujeito político do trabalho imaterial, que incorpora diferentes culturas e saberes sem hierarquizá-las:

não existe uma diferença qualitativa separando os pobres das classes de trabalhadores empregados. (...) as velhas distinções marxistas entre trabalho produtivo e improdutivo, assim como entre trabalho produtivo e reprodutivo, que sempre foram ambíguas, devem já agora ser completamente descartadas. (HARDT & NEGRI, 2004: 134-5)

Após explicarmos a teoria do trabalho imaterial, a ideia de pós-capitalismo a ele atrelada e os motivos dos autores para acreditarem que as classificações tradicionais para o trabalho devem ser abolidas, partimos então para analisar quais são as implicações dessas obras citadas para a luta feminina. Segundo Silvia Federici (2011: 332), por mais que esses autores tragam uma mensagem política atraente, atrelada à ideia do coletivo e à capacidade humana de troca de conhecimento/habilidades, seus pressupostos são empiricamente falhos e dependem da suposição de tendências e modas.

a força motriz da economia mundial tem sido a capacidade do capital internacional de se apropriar das massas trabalhadoras globais formadas por camponeses expropriados e donas de casa, isto é, uma quantidade imensa de trabalho não contratual, aumentando exponencialmente as porcentagens de extração excedente. A postulada autonomia dos “trabalhadores imateriais” também é discutível. Duas décadas após a “revolução ponto-com”, não existe mais a ilusão de que o trabalho digital pode fornecer um oásis de criatividade e liberdade, como indicado pelo termo “escravos da internet”⁴. Mesmo para os trabalhadores mais criativos, a autonomia revelou-se uma experiência transitória e insustentável, ou o efeito de uma

⁴ Tiziana Terranova, “Free Labor: producing culture for the digital economy”, em *Social Text*, n. 63, pp. 33-58, 2000

identificação completa com os interesses dos empregadores. Também devemos ser céticos quanto a celebrações de cooperação social na organização do trabalho que não especifica os propósitos a serem realizados. Qual, por exemplo, é o potencial político da cooperação exigida e criada pelo trabalho imaterial se, no reino da biopolítica, a produção de ferramentas de guerra é uma atividade tão comunitária quanto a criação dos filhos, e se todas as diferenças entre trabalho remunerado e não remunerado são fundidas? (FEDERICI, 2011: 332)

Outra problemática ressaltada também por Federici e pela economista Antonella Corsani é a natureza do conceito de “multidão”, a figura de muitos, sem gênero, etnia e ocupação, que representaria a força de trabalho global. No entanto, como disse Corsani (2007: 107-38), a multidão poderia ser refúgio do coletivo de trabalhadores homens e metropolitanos que não necessitam de uma identidade definida para defender e conquistar seu espaço, uma vez que seu domínio não está sendo desafiado. Em relação à homogeneização da produção de acordo com a forma de trabalho dominante, tese proposta por Marx e expandida por Hardt e Negri no que tange ao componente imaterial, há provas empíricas que questionam sua validade. Historiadoras feministas demonstraram que o trabalho doméstico, que foi construído e expandido no auge da industrialização capitalista, nunca foi industrializado. Logo, o trabalho doméstico feminino não industrializado, por mais que tenha sofrido investimentos e participado das mudanças do sistema, nunca assimilou a forma dominante de trabalho (industrial), como afirmava a tese marxista.

Abordadas as consequências da teoria do trabalho imaterial para as lutas feministas, cabe uma análise mais específica do trabalho afetivo em si. O trabalho imaterial tem dois componentes: cognitivo e afetivo, que, dentro do novo capitalismo, traduzem-se na expansão do setor de serviços e informatização da produção. Nessa perspectiva, o trabalho afetivo é frequentemente utilizado para descrever a mercantilização do trabalho reprodutivo. Federici (2011: 338) defende que, na verdade, ele não se refere apenas às atividades das “mulheres”, mas ao caráter interativo do trabalho, de promover fluxos de comunicação e de amplificar a capacidade de auto-organização e autotransformação de cada indivíduo evocada pelo conceito de afeto. É nesse sentido que a afetividade teria se tornado um componente de toda forma de trabalho no capitalismo contemporâneo, pois o trabalho imaterial está fortemente ligado à interação humana.

A socióloga feminista Arlie Hochschild (1983) traz pontos importantes sobre como o componente afetivo está presente em diversas formas de trabalho no capitalismo contemporâneo. Na sua obra que precedeu os trabalhos citados de Hardt e Negri, a autora observa que, com o declínio da produção industrial e o crescimento do setor de serviços, a maioria dos trabalhos exigem a habilidade emocional de saber lidar com pessoas e seus sentimentos - assim como no "trabalho imaterial". Ela parte então para descrever o "trabalho emocional" que deve ser desempenhado, por exemplo, por comissárias de bordo, a fim de transmitirem confiança e bem-estar. Em nossas vidas, todos nós desempenhamos atividades emocionais, mas o trabalho emocional é vendido por um salário e, portanto, possui valor de troca. Torna-se evidente, portanto, a semelhança prática entre os trabalhos afetivos e emocionais. Ambos referem-se a uma atividade que cria valor por meio da interação do trabalhador com o cliente, produzindo um fator que é traduzido em seu trabalho por meio da sua subjetividade (WEEKS, 2007 *apud* ALTOMONTE, 2020: 7). Logo, o trabalho afetivo, como descrito por Hardt e Negri e interpretado por Federici, aproxima-se do trabalho emocional de Hochschild, trazendo um sentimento de bem-estar e satisfação nas relações sociais de trabalho.

No entanto, há diferenças entre os conceitos de Hardt e Negri e de Hochschild, especialmente no que tange ao papel das mulheres. Enquanto para Hardt e Negri o trabalho afetivo é apenas um componente que faz parte de qualquer trabalho que gera valor a partir da mercantilização de atividades reprodutivas, para a socióloga, as mulheres são os sujeitos que desempenham o trabalho afetivo, pois elas sempre transformaram suas emoções em ativos, vendendo-as aos homens em troca de ativos que não lhes foram dados. Como explica a autora, com o aumento da demanda por habilidades de relação pessoal no mercado de trabalho, a arte "feminina" do trabalho emocional e de trazer conforto ao próximo, ensinada para as meninas desde criança, tem sido mais sistematizada e padronizada. Ela ainda ressalta que trabalhos que envolvem esse componente emocional já representavam, na década de 1980, um terço de todos os trabalhos - mas compunham apenas um quarto de trabalhos que homens performavam e metade dos trabalhos femininos.

Seria, portanto, o trabalho afetivo uma categoria do trabalho feminino, ou seja, mais uma forma generificada que amplia a divisão sexual do trabalho? Silvia Federici (2011: 339) argumenta, baseada em Hardt, Negri e Hochschild, que o trabalho afetivo é justamente uma forma "*não-generificada*" de trabalho, uma vez que está tornando-se um componente cada

vez mais comum em toda forma de trabalho imaterial. Hardt e Negri (2009) colocam em seu livro *"Commonwealth"* o fenômeno da feminização do trabalho justamente nesse sentido, pois estão se referindo à crescente demanda de habilidades comumente associada às mulheres em diversas formas de trabalho além do reprodutivo. Contudo, omitem o papel das mulheres na reestruturação da economia global; esquecem de sua participação ativa na recusa de realizar o trabalho doméstico (FEDERICI, 2011: 344). Para ela, os autores não estavam interessados em descrever os efeitos desse pós-capitalismo na situação feminina, na sua exploração e não-remuneração. Como já exposto, o trabalho reprodutivo não sofreu o processo de assimilação industrial ao longo das fases do capitalismo, não fundiu-se à produção, e, portanto, a teoria do trabalho imaterial / afetivo falha em abarcar e explicar os problemas que ainda atormentam as mulheres:

(...) o trabalho afetivo e produção biopolítica não podem responder às principais questões da vida das mulheres na atualidade: a crise que as mulheres enfrentam tentando conciliar o trabalho pago com a reprodução, o fato de que a reprodução social ainda depende do trabalho não remunerado das mulheres, e o fato de que o trabalho reprodutivo que tinha saído de casa retornou a ela como consequência dos cortes nas assistências à saúde, (...) além da expansão (mundial) do trabalho doméstico e, acima de tudo, da continuidade da função da casa como um imã para o trabalho não (ou mal) remunerado (FEDERICI, 2011: 345).

A questão que se torna evidente a partir da análise de Silvia Federici é que, por meio dessa categoria, que atribui às formas de trabalho pós-modernas um componente "feminino", a real luta e desvalorização do trabalho das mulheres é, novamente, invisibilizada. Sociólogos e economistas feministas desenvolveram trabalhos acerca de afetividade no mercado a partir da perspectiva do valor do trabalho feminino, tentando incorporar à teoria do trabalho afetivo as implicações sobre a situação feminina. Em seus estudos e teses, também baseados em certos conceitos dos pioneiros Hardt e Negri, as conclusões mais comuns desbancam a ideia de autonomia e auto-organização proposta pelos autores como características do trabalho imaterial.

Nessa perspectiva, podemos citar o trabalho de Suzanne Schultz (2006), que critica a maneira como Hardt e Negri apresentaram o trabalho afetivo, de maneira idealizada e não-instrumental. Ao ressaltarem que a afetividade oferece ao trabalhador mais autonomia e libertação do controle do capital, os autores idealizaram o trabalho feminino como se ele estivesse livre da dominação capitalista e masculina. No seu modelo, a imagem de

subjetividade feminina faz com que o trabalho reprodutivo seja invisibilizado em meio ao dia de trabalho neoliberal (SCHULTZ, 2006: 77-82). Leopoldina Fortunati (2007: 147-148) explica que o trabalho imaterial é ainda controlado e extremamente produtivo para o capital, haja vista que ele exporta a lógica doméstica para a esfera dos bens de consumo. Dessa maneira, o trabalho reprodutivo feminino tem sido assimilado pela esfera das mercadorias sem que a situação de exploração e dominação das mulheres dentro de casa tenha mudado. Outro ponto importante na análise de Hardt e Negri ressalta que os limites entre a esfera produtiva e reprodutiva estão desaparecendo. Porém, enquanto os autores acreditam que isso leva a uma feminilização da esfera produtiva, omitem o fato de que a situação de opressão das mulheres não muda. As análises feministas demonstram que não necessariamente essa integração entre as esferas produtivas e reprodutivas propiciam a emancipação feminina do capital e do patriarcado, como aparece no trabalho de Meg Luxton e Heather Maroney (1996: 92).

Partindo para experiências concretas que oferecem maior entendimento sobre a exploração pelo trabalho afetivo, podemos citar o estudo de Emma Dowling (2007: 119-122), a qual trabalhou por um período como garçonne em um restaurante de "classe alta" e deu enfoque para a afetividade em meio aos seus dias no emprego. Segundo a autora, o que há de novo no setor de serviços no capitalismo moderno é a extensão na qual o componente afetivo do trabalho é sistematicamente tornado produtivo para o capital. O foco nesse elemento torna-se ainda cada vez maior conforme os estabelecimentos são ainda mais "prestigiados", uma vez que a experiência do serviço proporciona-lhes uma diferença qualitativa, tanto em relação a outros pontos de venda dentro da mesma faixa de preço, bem como àqueles cujo público alvo é uma classe social menos privilegiada. A afetividade torna-se, portanto, mecânica e alienante. A socióloga Alison Hearn (2010) também parte de uma experiência real, a do reality show americano "The Hills", para dissecar os limites da tese de trabalho imaterial. Por meio de entrevistas com participantes e produtores do programa e do trabalho de intelectuais como George Caffentzis e Massimo de Angelis, Hearn expõe a exploração e a racionalização sistemática por trás do reality. A autora conclui que a tese do trabalho imaterial e as suas afirmações acerca da incomensurabilidade e o potencial comunal desse trabalho constituem uma fraude. Por fim, ela sugere que a tese do trabalho imaterial, assim como "The Hills", é a criação de um mito da mais alta ordem (HEARN, 2010: 74).

Finalmente, as colocações sobre crescimento da afetividade em todo tipo de trabalho e sobre o trabalho afetivo em si fazem parecer que, em um primeiro momento, a feminização e dissolução de fronteiras entre produção e reprodução podem oferecer uma autonomia e auto-organização positiva às mulheres. No entanto, o aprofundamento proposto pelas economistas e sociólogas feministas denuncia que as novas modalidades de trabalho afetivo são, na verdade, uma experiência alienante e sistemática e que pode acarretar a omissão da exploração feminina. Quando as leituras sobre a reestruturação da produção pós-moderna partem da teoria do trabalho imaterial deixando de lado a perspectiva feminista, há o risco de que a luta feminina pelo seu valor e todo o trabalho reprodutivo das mulheres ainda desvalorizado e não assalariado sejam invisibilizados. Assim, cairíamos novamente na armadilha já institucionalizada, onde o capital beneficia-se de uma massa imensa de trabalho feminino invisível.

2. Economia Feminista

2.1. Comparação à economia de gênero

Após a colocação de todos os fatos acerca do trabalho reprodutivo e sua relação com o valor dado ao trabalho das mulheres, conseguimos compreender as motivações da área de estudo chamada Economia Feminista. Diante das desigualdades que surgiram historicamente e socialmente e que são perpetuadas pelas teorias econômicas predominantes, tanto pelas ortodoxas quanto pelo ponto de vista marxista, a Economia Feminista surge como um contraponto. Os estudos dessa área questionam a existência do sujeito abstrato e protagonista da ciência iluminista, caracterizado pela sua capacidade de análise isenta, vendo tudo sem ser visto. Essa pessoa imaginária seria impossível, uma vez que a identidade do agente do conhecimento é importante, pois seus valores e interesses são refletidos no conhecimento que produzem. Nesse sentido, segundo a economista feminista Amaya Orosco, a economia feita pelos homens reflete interesses de gênero (OROZCO, 2005: 49). A Economia Feminista questiona ainda a objetividade como uma neutralidade valorativa: ela seria uma forma de ocultar os verdadeiros interesses por trás do discurso científico clássico. Apesar de não haver um acordo dentre as diversas abordagens feministas sobre o questionamento ou a renúncia dos critérios de universalidade e verdade, há uma proposta comum de formas alternativas de objetividade.

Em relação ao seu âmbito de estudo, a Economia Feminista caracteriza-se por assumir como objetivos prioritários a reformulação da estrutura patriarcal que identifica o valor econômico com as atividades monetizadas e a desconstrução dos pressupostos androcêntricos subjacentes à Teoria Econômica.

Em primeiro lugar, pretende-se dar uma definição mais ampla do econômico que, de forma fundamental, aborde as atividades historicamente invisíveis exercidas pelas mulheres. Trata-se, portanto, de descentralizar os mercados para os quais se dirigiu um olhar prioritário ou exclusivo. Essa descentralização deve permitir, em segundo lugar, uma recuperação dos elementos femininos invisibilizados, resgatando as mulheres como agentes econômicos. Em terceiro lugar, é necessário mostrar as relações de poder de gênero que fundamentam a estrutura dicotômica e, ao mesmo tempo, fazer dessas relações um objeto legítimo de estudo econômico. (OROZCO, 2005: 50)

Assim, a Economia Feminista questiona o discurso neoclássico de maneira profunda, denunciando seus conceitos como sexistas e opressores, uma vez que reproduzem a opressão patriarcal. O objetivo final da sua investigação não é restringir-se à análise da realidade, e sim propor conclusões que possibilitem melhores condições de vida para as mulheres e a população como um todo - ou seja, seu enfoque é normativo (OROZCO, 2005: 50).

Dentro dessa área de pesquisa, pode-se diferenciar duas correntes: (i) a economia feminista de conciliação, que considera adequado adaptar os conceitos que concentram o homem como o único sujeito que gera valor para a sociedade de forma a incluir aspectos feministas que reconheçam o trabalho das mulheres; (ii) a economia feminista de ruptura, que propõe mudanças mais profundas, questionando as bases dos discursos patriarcais, no que tange os conceitos, métodos e evidências⁵.

Sendo assim, a Economia Feminista reconhece as relações de gênero como objeto de estudo legítimo do pensamento econômico. Há ainda uma outra área da Economia que analisa esse mesmo objeto: a Economia de Gênero. É importante reconhecer o que distingue as diferentes perspectivas, uma vez que, apesar de colocarem as relações entre homens e mulheres no centro da Teoria Econômica, as hipóteses que elas buscam comprovar diferem muito entre si, assim como suas propostas, metodologias e epistemologia. A Economia de Gênero, ao estudar as relações sociais entre homens e mulheres pela perspectiva econômica, busca a inclusão feminina como sujeito e objeto de estudo dos discursos patriarcais preexistentes sem questioná-los, enfatizando a relevância de mulheres analisarem suas experiências dentro do ambiente capitalista (OROZCO, 2005: 45).

Ao longo da evolução dos estudos relativos ao gênero nas distintas áreas do conhecimento, há uma divisão recorrente entre aqueles que questionam ou não os marcos existentes. Os últimos tomam os conceitos como dados e buscam a incorporação das mulheres à eles, como sujeito e objeto de estudo (OROZCO, 2005: 46). Ou seja, na Economia de Gênero, área que faz parte daqueles estudos que não questionam os conceitos dominantes, as respostas à questão feminina são dadas aplicando as teorias já disponíveis. Orozco (2005) classifica nessa vertente duas perspectivas centrais: os estudos de equidade e o empirismo feminista.

⁵ Nos tópicos 3.2. e 3.3, analiso de maneira mais completa ambas as correntes.

Segundo a filósofa Sandra Harding (1986), os estudos de equidade são aqueles que analisam a ausência e/ou subrepresentação das mulheres dentro da comunidade científica, na qual foi negado, historicamente, o lugar feminino como sujeito epistemológico. Dessa maneira, eles questionam sua exclusão e documentam seus aspectos, mas sem questionar a criação das formas de conhecimento em si mesmas. A maior demanda é que as mulheres também são capazes de produzir o conhecimento científico, mesmo que a sua participação e capacidade tenham sido negadas. Há a produção de análises quantitativas sobre a presença de mulheres no âmbito acadêmico, que reproduz também a segregação presente no mercado de trabalho, e da produção científica de mulheres. Assim, estudos publicados por mulheres, que foram historicamente invisibilizados, foram recuperados por meio de reedições ou referências.

Os estudos de equidade buscam, portanto, abordar as causas que estão por detrás da sub-representação e as formas de discriminação no meio científico. A solução proposta para essa problemática é a promoção de um contexto de igualdade de oportunidades para ambos os sexos e, após o estabelecimento dessa base, o incentivo à participação feminina nesse terreno. Por meio da explicação dessa primeira corrente da Economia de Gênero, fica claro a sua insuficiência para promover a emancipação feminina: a simples incorporação de mulheres no sistema que foi estruturado conceitualmente para abarcar apenas a produção masculina é uma medida simplesmente paliativa, uma vez que a estrutura opressiva mantém-se a mesma.

A segunda perspectiva da Economia de Gênero citada por Orozco (2005) é o empirismo feminista. A principal crítica feita por esses estudos é que a experiência feminina não tem sido objeto de análise econômica devido à presença de vieses androcêntricos no método científico. Ou seja, o viés masculino do qual a ciência sofre atrapalha a meta de um conhecimento objetivo acerca da vivência de mulheres. Nesse sentido, o objetivo básico do empirismo feminista é reverter esses erros históricos, incorporando as mulheres às teses científicas - mas sem questionar o próprio paradigma. Caracteriza-se, portanto, por focar na explicação das desigualdades entre mulheres e homens nos mercados, especialmente no mercado de trabalho, sem desconstruir os marcos prévios da teoria científica (OROZCO, 2005: 48). É importante ressaltar que na Economia de Gênero todos os tópicos que a metodologia ortodoxa não abarca serão evitados: ou os economistas irão reformular o problema, de modo a limitá-lo àquilo que a teoria neoclássica compreende, perdendo diversas dimensões; ou o problema será classificado como "não-econômico", e passado à disciplina a

qual ele "pertence" (ROBEYNS, 2000: 10). Dessa maneira, em relação à metodologia, a Economia de Gênero é uma sub-área dentro da economia ortodoxa.

O trabalho doméstico é abordado pela Economia de Gênero como uma barreira que impede o desenvolvimento de mulheres em carreiras assalariadas; elas deixariam de estar ausentes da economia ao entrarem para o mercado de trabalho. Essa conclusão vai contra as lutas do movimento feminista que reivindicam o reconhecimento do trabalho reprodutivo como uma atividade essencial para a sociedade e que deve ser valorizada. Portanto, a simplificação do trabalho doméstico a uma simples tarefa que torna as mulheres ausentes do mercado de trabalho reforça a desvalorização do trabalho feminino, reproduzindo a ideia de que suas atividades reprodutivas não têm valor.

Recentemente, os debates propostos pela Economia de Gênero têm ganhado mais espaço mundialmente, nos grandes veículos de imprensa e em organizações que representam os interesses capitalistas. Nos últimos 3 anos, grandes jornais como o New York Times, Huffington Post, Financial Times e a revista The Economist publicaram artigos e reportagens que tratam sobre o avanço da participação das mulheres nas Ciências Econômicas e os desafios que persistem para a representatividade feminina nessa área. Enquanto a visibilidade do trabalho de mulheres pode ser visto de maneira positiva, de um ponto de vista estrutural, essa valorização midiática não aborda o problema da opressão feminina em sua raiz - algo que fica para as teses de Economia Feminista.

Além disso, organizações internacionais tal qual a OCDE, a ONU e o Fundo Monetário Internacional (FMI) engajaram-se no que eles entendem como a luta pela diminuição da desigualdade de gênero. Por meio da "OECD Gender Initiative", a organização promove estudos, análises, coletas de dados e publicações com diretrizes e recomendações de ações concretas para a promoção de oportunidades mais igualitárias para ambos os sexos, com foco no mercado de trabalho. Já a ONU criou uma entidade específica para tratar do assunto, chamada "ONU Mulheres", e o FMI tem se engajado na criação de estudos e bases de dados acerca da situação econômica feminina mundialmente. Contudo, segundo Silvia Federici (2019: 153), essas organizações na verdade promovem melhores condições para as mulheres apenas de classe alta em países metropolitanos, enquanto, nos países "subdesenvolvidos", suas ações aprofundaram as condições de vida precárias de milhões de mulheres. Esse movimento, por gerar um aumento da desigualdade entre mulheres, fortalecendo as relações

de poder desiguais, enfraquece o movimento feminista. Tal dinâmica será melhor explorada no tópico 4, onde as consequências das iniciativas de organizações globais na vida feminina serão discutidas.

Uma vez explicados os objetivos e as bases da Economia de Gênero e da Feminista, é interessante ressaltar os contrastes entre ambas. A economista Ingrid Robeyns (2000: 12) aponta 6 principais aspectos que resumem as divergências mais significativas⁶:

(i) a Economia de Gênero introduz relações de gênero à ortodoxia, incluindo as mulheres nas análises de políticas e aspectos econômicos. A Economia Feminista, por sua vez, diverge da ortodoxia, de maneira marginal ou radical, em todos os seus aspectos;

(ii) em relação à definição do que é gênero, a Economia de Gênero utiliza uma definição rasa, limitando-se a contabilizar a presença feminina ou analisar a divisão dos papéis sociais de acordo com o sexo. Já a análise Feminista utiliza uma definição mais profunda, apontando as relações de poder entre homens e mulheres, as estruturas e limitações que essas relações causam e perpetuam;

(iii) a metodologia da Economia de Gênero é a ortodoxa, enquanto a da Feminista é mais plural, abarcando diferentes perspectivas que fogem do *mainstream*;

(iv) ontologicamente, a Economia de Gênero pouco difere da abordagem tradicional, a neoclássica. Já a Economia Feminista é incompatível com diversas suposições neoclássicas;

(v) a comunidade científica é muito mais receptiva com os economistas de gênero do que com as economistas feministas, incorporando mais frequentemente seus trabalhos em espaços tradicionais da economia;

(vi) por último, em decorrência dos fatos colocados acima, o público-alvo da Economia de Gênero é, majoritariamente, economistas neoclássicos. A audiência da Economia Feminista é interdisciplinar, incluindo apenas em alguns momentos o público ortodoxo.

Sendo assim, torna-se evidente a motivação principal da Economia Feminista, ausente nos estudos de gênero: "questionar as hierarquias, autoridades, normas, tradições e

⁶ Nessa seção, os aspectos da Economia de Gênero foram analisados e os pontos citados a seguir sobre a Economia Feminista serão explicados nos seguintes tópicos: 3.2 e 3.3.

convenções, para desconstruir cânones existentes e questionar como as práticas científicas atuais perpetuam o *status quo*, tanto na sociedade quanto nas comunidade científica" (ROBEYNS, 2000: 10).

2.2. Economia feminista de conciliação

Como já antecipado, a Economia Feminista possui duas principais vertentes: a de conciliação e a de ruptura. A perspectiva de conciliação pretende redefinir os conceitos de economia e trabalho, dando visibilidade às atividades femininas que não são consideradas economicamente, conciliando essa recuperação com os marcos prévios. A redefinição do conceito de trabalho está aliada a incorporação da esfera reprodutiva e do trabalho doméstico, cujo valor e dimensão têm sido historicamente negados.

As feministas que estudam o trabalho doméstico e as relações entre os sexos deixaram evidente a ausência feminina nos debates econômicos. Mas a teoria econômica ortodoxa, além de excluir o valor da reprodução, tem contribuído para a consolidação da desigualdade entre os gêneros, pois o modelo padrão, neoclássico, promove essas desigualdades (FERNANDEZ, 2008: 10). Para explicar a influência dos modelos na reprodução do machismo, Fernandez cita um trabalho de Carrasco (1999), onde a autora refere-se a um modelo econômico simples, no qual a mulher decide assumir a maioria das responsabilidades reprodutivas com base na sua preferência entre trabalho doméstico e remunerado. Teorias neoclássicas analisam a família como uma "firma", que produz bens para o mercado por meio da força de trabalho, abstraindo a estrutura social e política ligada ao ambiente familiar. Supõe-se ainda, com base em modelos microeconômicos que avaliam as escolhas individuais, que as mulheres decidem livremente se irão trabalhar fora de casa ou desempenhar atividades domésticas, como se houvesse substituição perfeita entre tempo de trabalho em casa e serviços "*produtivos*". Como cada indivíduo busca maximizar sua utilidade, as decisões femininas estariam baseadas em um cálculo de custo-benefício entre o rendimento de cada tipo de trabalho.

As economistas feministas têm clareza de que a situação não pode ser simplificada dessa maneira. Para elas, as escolhas presentes em modelos como esse são baseadas nas possibilidades apresentadas pela sociedade patriarcal, machista e capitalista, "com fortes pressões sociais e culturais acerca daquilo que as mulheres devam fazer, devam escolher, assim como dos papéis que elas devam desempenhar" (FERNANDEZ, 2018:10). Desse

modo, os modelos econômicos tradicionais apresentam como neutras e objetivas escolhas que foram feitas *a posteriori*, moldadas por um sistema discriminatório.

As causas da divisão entre produção/reprodução e da dicotomia entre o masculino/feminino são objeto central de análise para economistas feministas. Segundo Orozco (2005: 52), podemos afirmar que há duas abordagens para a questão: (i) a explicação economicista e unidirecional; e (ii) as bidirecionais, incorporando conceitos que surgiram em outras áreas das ciências sociais. A primeira via entende que tudo que ocorre no âmbito doméstico é consequência de interesses e processos mercantis - portanto, a metodologia de análise do mercado é usada para compreender também o que ocorre fora dele. De maneira mais concreta, essa abordagem pode ser observada em autoras marxistas que reconhecem uma preponderância da lógica do capital no que ocorre no âmbito doméstico, utilizando conceitos de Marx sem reelaborá-los; como também nos desenvolvimentos feministas da New Economics Foundation, instituição que busca promover a justiça social, a causa ambiental e a igualdade de gênero enquanto mantém a lógica de pensamento mercantil. Na segunda via, encontram-se correntes que afirmam que a realidade material surge de uma interação de forças complexas, intrínsecas e dicotômicas: mercantis e não-mercantis, de classe, de gênero. Para compreender o valor do trabalho das mulheres e a invisibilidade e desvalorização que a sociedade atribui à reprodução, é necessário entender a intervenção entrelaçada e simultânea entre todas essas forças.

Em suma, é a análise de ambas as esferas, produtiva e reprodutiva, que permite explicar a realidade feminina e a sua atividade econômica em sua totalidade. Na Economia Feminista,

o mito da “falsa economia” (Else, 1996), segundo o qual os mercados e os homens são autossuficientes enquanto as famílias e as mulheres dependem deles, é desmantelado com sucesso. A abordagem da produção/reprodução (eg Carrasco et al., 1991; Humphries e Rubery, 1984) é a que mais claramente estabelece que integrando essas duas esferas econômicas - a produção, tradicionalmente levada em conta pelas análises androcêntricas, e a reprodução, recentemente recuperada por feministas - dando-lhes a mesma importância analítica, implica compreender os processos de geração de bem-estar social. É nesse processo conjunto que as mulheres têm dupla presença (Balbo, 1978). Ou seja, não é apenas que as mulheres não estão ausentes do sistema econômico - imagem promovida a partir de abordagens androcêntricas -, mas têm dupla presença tanto no âmbito comercial quanto no doméstico. (OROZCO, 2005: 53).

A incorporação do trabalho doméstico à Economia e a valorização das atividades reprodutivas envolvem a análise das desigualdades nas relações de gênero. Para isso, as economistas feministas introduzem no campo econômico conceitos reformulados a partir de uma perspectiva feminista: a divisão sexual do trabalho e a família nuclear.

O conceito de divisão sexual do trabalho⁷ tem origem no marxismo, mas foi desenvolvido por feministas em diversas áreas das ciências sociais. Essa divisão opera por meio da atribuição de certas tarefas aos homens, as atividades "produtivas", e da hierarquização, colocando a produção masculina acima da feminina. Assim, as mulheres são historicamente destinadas ao trabalho reprodutivo e, com a recente entrada em mercados tradicionalmente masculinizados, ainda são obrigadas a enfrentar a subordinação de acordo com seu gênero.

A família nuclear tradicional é baseada na dinâmica do marido provedor e da esposa dona de casa, que cuida dos afazeres domésticos e do bem-estar familiar e é economicamente dependente do homem. A dinâmica familiar é essencial para o capitalismo por representar uma unidade de consumo, garantir a reprodução sem custos para o mercado e gerar uma quantidade considerável de valor não remunerado, permitindo a reprodução do capital humano sem a necessidade de investimentos capitalistas.

Na economia tradicional, baseada em modelos neoclássicos, a demanda é representada por essa unidade familiar, a qual toma suas decisões racionalmente de forma a maximizar a sua utilidade. Tradicionalmente, os esforços femininos seriam mais bem alocados no desenvolvimento de capital humano, enquanto o homem fica responsável pelo sustento da casa. Porém, até mesmo quando esse trabalhador retorna de um dia exaustivo, a jornada de sua esposa ainda não terminou: servir-lhe a janta, arrumar a casa, cuidar para que o seu marido tenha o conforto e descanso merecido fazem parte da rotina de trabalho da mulher que é mascarada por um suposto sentimento de instinto "*maternal*". Dessa forma, no dia seguinte, após o cuidado recebido, o marido tem energia novamente para mover a máquina capitalista. Assim, o sistema opera de forma invisível: a família nuclear e o trabalho doméstico são os pilares da produção capitalista (FEDERICI, 2018: 31).

Como pontua a economista Cristina Carrasco (2001), desde o final do século XX, especialmente em países desenvolvidos, o mercado de trabalho feminino e o modelo familiar

⁷ Uma análise mais detalhada da divisão sexual do trabalho foi elaborada no tópico 2.2.

baseado no marido como provedor exclusivo têm sofrido alterações relevantes. No entanto, essas transformações devem-se menos a mudanças institucionais e políticas do que à iniciativa feminina. A entrada das mulheres no mercado de trabalho de maioria masculina, contudo, não as exime do trabalho familiar. Elas passam a assumir um papel duplo, o familiar e o trabalhador, e continuam realizando seus afazeres domésticos, fundamentalmente devido ao fato de que a sociedade patriarcal e capitalista é baseada na geração desse valor - que jamais foi reconhecido (CARRASCO, 2001: 13-15).

Uma crítica à teoria econômica tradicional frequente nos estudos de economia feminista é a de que os modelos são genéricos, podendo ser aplicados a qualquer contexto, mas, por isso, mesmo, deixando de lado características raciais, sexuais, econômicas e geográficas. O *homo economicus*, sujeito abstrato que faz suas decisões com base em cálculos a fim de maximizar sua utilidade, não é suficiente para representar situações distintas que moldam a capacidade de decisão de cada indivíduo. Do mesmo modo, a tentativa de definir uma "mulher econômica", que representaria o gênero feminino e suas condições econômicas, é falaciosa. Além do condicionante de gênero, fatores de raça, nacionalidade, classe social, oportunidades de estudo, dentre outros, determinam as circunstâncias sociais e de trabalho que delimitam as oportunidades de escolha, restringindo uma suposta liberdade de decisão (FERNANDEZ, 2018:11). Desse modo, as dificuldades no mercado de trabalho para as mulheres não são somente falhas de mercado em um ambiente perfeitamente competitivo, onde todos têm a mesma liberdade de determinação da sua condição laboral. Na verdade, tais dificuldades resultam de vieses oriundos da estrutura capitalista patriarcal, classista e racista. Ligada à consciência de que homens e mulheres enfrentam condições desiguais no mercado de trabalho está a noção de que grande parte do trabalho social surge dentro do ambiente doméstico - mas não é reconhecido.

"(...) uma questão correlata e muito importante é que, para além do trabalho formal, remunerado e criador de valor de troca, há muito trabalho sendo realizado, e há muita economia (no sentido *lato* de geração e troca de riqueza) acontecendo fora dos estreitos limites do mercado constituído. Como o paradigma econômico tradicional se tem mostrado incapaz de tratar de forma adequada esta realidade, parece ter se tornado claro que o avanço do conhecimento científico na área econômica, aos moldes tradicionais, é insuficiente para atingir o projeto de desenvolvimento com justiça e emancipação social, a partir da concepção de equidade de gênero, objetivo este para o qual as quase três décadas de existência da economia feminista vem

lenta, porém continuamente, prestando a sua contribuição." (FERNANDEZ, 2018:22).

A contabilização do trabalho feminino, que envolve a investigação da sua exclusão nos sistemas de contabilidade nacional, é uma frente de estudo feminista que ganhou destaque já na década de 80. O desenvolvimento de métodos mais adequados para a mensuração e incorporação do trabalho doméstico à riqueza é uma das vias pelas quais as economistas buscam tornar visível o valor gerado pelas mulheres. Margaret Reid (1934) foi uma das primeiras autoras a estudar as maneiras de mensurar a riqueza produzida pelo trabalho reprodutivo, em "Economics of Household Production". Mas foi anos depois que o debate ganhou mais profundidade dentro da Economia, com a publicação de "If Women Counted", de Marilyn Waring (1988).

O estudo de Marilyn partiu da análise do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (conhecido em inglês como UNSNA - "United Nations System of National Accounts"), o qual apresentava evidência clara de que o trabalho das mulheres era invisível. Em um dos documentos fundadores desse Sistema, onde é especificado quais tipos de mercadorias devem ter seus valores imputados, encontra-se a seguinte passagem: "produção primária e o consumo da sua própria produção por produtores não-primários é de pequena ou nenhuma importância" (ONU, 1953 : 5). Esse trecho carrega todos os aspectos da cegueira patriarcal, sua arrogância e falta de percepção (WARING, 1988 : 78). A ideia nele contida consagra a invisibilidade das mulheres no processo econômico, que, mesmo produzindo alimento e cuidando da vida dos demais, tem seu trabalho encarado como algo de "pequena ou nenhuma importância", por não produzirem para o mercado.

A crítica de Waring guiou o caminho para que diversas economistas feministas repensassem a relação entre a economia e o trabalho humano. Para não permanecer apenas no campo teórico e realmente alcançar a mudança, é necessário promover abordagens múltiplas, reconhecendo a intersecção entre a economia feminista, a teoria jurídica feminista e as teorizações acerca do cuidado, tanto filosoficamente quanto politicamente, tendo implicações reais sobre as atitudes dos Estados. Um denominador comum a essas abordagens múltiplas é a preocupação sobre como algumas atividades, pessoas e grupos são valorizados e privilegiados, enquanto outros grupos são marginalizados (BJØRNHOLT e MCKAY, 2014: 14). Nesse sentido, as economistas Radhika Balakrishnan e Diane Elson (2011) criaram uma

estrutura prática para uma contenção social legal e moral da economia usando os direitos humanos como uma ferramenta para a avaliação de políticas macroeconômicas e atribuição da garantia desses direitos, de bem-estar e de equidade. Ao considerarem a economia como um todo, elas defendem uma avaliação das políticas econômicas dos governos por meio da estrutura dos direitos humanos, incluindo todos os direitos econômicos, sociais, políticos, civis e culturais essenciais. A estrutura analítica por elas utilizada é baseada nos princípios fundamentais dos direitos humanos: a exigência de realização progressiva, ou seja, os Estados devem garantir direitos econômicos e sociais o máximo possível diante da sua restrição de recursos; a prevenção do retrocesso; a satisfação de níveis mínimos essenciais de direitos econômicos e sociais; não discriminação e igualdade, participação, transparência e responsabilidade (BJØRNHOLT e MCKAY, 2014: 15).

A incorporação dessa dimensão ao processo de elaboração de políticas fiscais e monetárias implicaria uma reformulação por parte dos Estados do que é considerado relevante para a sociedade e, portanto, do que merece ser valorizado e apoiado por meio da seguridade social. É evidente que todos os grupos sociais minoritários seriam beneficiados por essa nova forma de pensamento governamental. Em relação à invisibilização do papel das mulheres no processo econômico, um governo que preze pela "participação, transparência e responsabilidade" na formulação de políticas públicas partiria de um novo conceito de valor, um que abrangeria o trabalho reprodutivo.

É evidente que a Economia Feminista opõe-se à Economia *mainstream*, a qual atualmente consiste na teoria neoclássica - que, por sua vez, remonta ao ideal liberal. A filósofa Carole Pateman, em "O Contrato Sexual" (1993), ofereceu uma crítica ao liberalismo, demonstrando como os argumentos liberais servem para defender os interesses masculinos. Para Pateman não é possível desconstruir a dicotomia público/doméstico sem abolir as ideias liberais, as quais, ao seu ver, contêm na sua própria lógica um embasamento patriarcal. Os argumentos da autora são construídos a partir da revisão de dois conceitos fundamentais do liberalismo: a ideia do contrato e do indivíduo.

A ideia do contrato social fundamenta o liberalismo político e surge da concepção de que os seres humanos, na sua situação inicial "*(a)histórica*", são seres que apresentam as habilidades necessárias para serem compreendidos como livres e iguais. Os principais autores que fundaram o liberalismo voltavam sua teoria aos homens. John Locke afirmava que apenas

os homens do sexo masculino possuíam as capacidades necessárias para serem entendidos como livres e iguais, sendo as mulheres naturalmente submissas a eles. Hobbes não se baseou na ideia de submissão feminina natural, mas acreditava que a submissão feminina surgiu na formação da sociedade. Para ele, ambos os sexos nasciam com os mesmos atributos que poderiam acarretar a liberdade e igualdade, mas a relação dos homens com o mundo levaria à conquista de alguns indivíduos sobre outros. Dessa forma, os homens submetem as mulheres, pois elas estavam comprometidas com a gestação e cuidado dos seus filhos.

Assim, segundo os contratualistas, nessa luta pela existência e na resistência para não serem conquistadas, as mulheres estariam enfraquecidas e terminariam sendo submetidas. No estado natural, a maioria delas acabaria confinada à instituição de conquista chamada família. Nesse confinamento, elas ficaram excluídas de participarem na conformação do contrato social posterior, o qual dará origem à sociedade civil (SELFA & SPINELLI, 2018: 17). Finalmente, todas as mulheres tornam-se “servas” de um tipo especial: as esposas. (PATEMAN, 1993: 81).

Portanto, na teoria clássica, o conceito de indivíduo, livre e igual, limita-se aos homens. Como o contrato social, fundamento da vida social moderna, surge de um acordo voluntário entre indivíduos, as mulheres não fizeram parte dos acordos que criaram a sociedade, desde sua gênese. Segundo Pateman (1993), o vínculo de indivíduos (homens) com os "não-indivíduos" (mulheres) não pode ocorrer pelo contrato social e é definido por um outro tipo de contrato, o contrato sexual. Por mais que este não esteja presente em qualquer teoria clássica, Pateman entende que ele é imprescindível para que as relações do contrato social se mantenham. Pela maneira que cada contrato surge, um pelo acordo e outro pela exclusão, a autora diz que "o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição." (PATEMAN, 1993 : 16).

A existência dos dois contratos e do conceito exclusivo de indivíduo acarreta a divisão da sociedade civil em duas esferas:

A sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas só se presta atenção a uma delas. A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante. O casamento e o contrato matrimonial também são considerados, portanto, politicamente irrelevantes. (...) Nos textos clássicos, (...) o contrato sexual é transformado em contrato matrimonial. (...) Tem-se, facilmente, a

impressão de que os contratos sexual e social são dois contratos distintos, embora relacionados, e que o contrato sexual diz respeito à esfera privada. O patriarcado parece não ser, então, relevante para o mundo público. Ao contrário, o direito patriarcal propaga-se por toda a sociedade civil. (...) As duas esferas da sociedade civil são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo. O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada e, do mesmo modo, o sentido do contrato original é desvirtuado sem as duas metades interdependentes da história. A liberdade civil depende do direito patriarcal (PATEMAN, 1993 : 18-19).

O conceito de contrato sexual e a relação entre a esfera pública e privada como explicados por Pateman (1993) tem uma relação profunda com o que é observado na sociedade em relação ao valor do trabalho feminino. As economistas nos mostraram que a invisibilização do trabalho feminino está ligada à divisão sexual do trabalho, ao desenvolvimento da família nuclear e ao arcabouço econômico que não abarca o valor da reprodução; Pateman agrega o componente do "contrato sexual", que afeta a sociedade civil desde a sua gênese, causando e alimentando as desigualdades de gênero. Como a mulher, na teoria liberal, não é sequer vista como um indivíduo, ela não é capaz de gerar valor para a sociedade. Esse resultado pode ser observado na teoria clássica e neoclássica, que definiram o atual *mainstream* econômico, impedindo que o trabalho reprodutivo seja valorizado. A conclusão da autora de que as esferas públicas e privadas são, concomitantemente, separáveis e inseparáveis, também condiz com a ideia da Economia Feminista de que, por mais que o trabalho produtivo e reprodutivo situem-se em âmbitos distintos (público/privado), a produção, atrelada à acumulação de capital, necessita da reprodução. Novamente, conclui-se que as atividades econômicas valorizadas no capitalismo dependem da exploração invisível das mulheres para se desenvolverem.

2.3. Economia feminista de ruptura

A Economia feminista de ruptura concentra sua análise em torno da sustentabilidade da vida humana, explorando o impacto do enfoque reprodutivo sobre os conceitos e metodologias tradicionais nas ciências sociais. Por meio dessa abordagem, diferentemente das economistas feministas de conciliação, não é suficiente integrar a casa e o trabalho doméstico à economia como a conhecemos hoje, uma vez que a sociedade continuaria privilegiando as atividades voltadas para o mercado (TEIXEIRA, 2007: 59). Enquanto a economia feminista de conciliação mantém a ideia de que é possível e desejável falar da experiência comum das mulheres no sistema econômico, a economia feminista de ruptura afirma que isso não pode

ser feito sem ocultar a experiência de mulheres cujas vozes tem menor espaço diante das discriminações. Assim, objetiva também explorar não só as relações de poder entre os sexos como também entre as mulheres (OROZCO, 2005 : 53).

Por meio da análise centrada na forma pela qual cada sociedade lida com a questão da sustentabilidade da vida humana, a Economia feminista de ruptura desenvolve uma nova perspectiva sobre a organização da sociedade e torna visível a parte do processo econômico que não é reconhecida (CARRASCO, 2001: 2). Nessa nova forma de pensar, a dicotomia produção/reprodução não teria mais qualidade analítica; a produção voltada para o mercado não teria mais valor em si mesma. O valor dos trabalhos consagrados pela teoria econômica tradicional seria definido pela sua contribuição à manutenção da vida, a nova categoria central de análise. Assim, a sustentabilidade da vida como uma categoria primária de análise não apresenta uma definição restrita acerca do processo econômico, mas busca dar espaço ao conjunto de relações sociais dinâmicas que garantem a satisfação das necessidades humanas (OROZCO, 2005 : 54-55).

A dicotomia entre a produção e a reprodução, representadas pelo masculino e feminino, respectivamente, é traduzida na contradição entre a lógica do cuidado e a lógica do benefício econômico, uma vez que o capitalismo valoriza a acumulação de capital em detrimento das práticas reprodutivas que garantem de fato a sobrevivência humana. Diante disso, há algumas alternativas que podem ser vislumbradas, e a proposta das economistas feministas de ruptura busca garantir a igualdade entre os gêneros (e entre mulheres) por meio de um novo paradigma. Um que permita enxergar, entender e interpretar o mundo a partir da perspectiva da reprodução e da sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2001 : 33).

A teoria do valor dessa corrente de economistas feministas coloca o cuidado como centro de atenção - colocando também, conseqüentemente, o trabalho das mulheres como uma parte essencial do processo econômico. Tal proposta implica uma transformação completa do conceito de valor na sociedade, o que não permite uma conciliação entre a tradicional visão capitalista e a visão do feminismo de ruptura. A adoção do modelo de valorização da vida humana implicaria uma nova organização social, dependendo de uma nova dinâmica de tempo de trabalho. Os homens passariam a dedicar mais tempo às atividades reprodutivas, enquanto as mulheres, diante da divisão dessas tarefas, teriam mais liberdade para alocarem seu tempo:

Mudar o centro dos nossos objetivos sociais muda nossa visão de mundo: a lógica da cultura do benefício ficaria abaixo da lógica da cultura do cuidado. Duas lógicas tão contraditórias não podem ser "conciliadas", não se pode estabelecer um consenso ou uma complementaridade. Necessariamente deve estabelecer-se prioridades: ou a sociedade se organiza tendo como referência as exigências dos tempos de cuidados ou se organiza de acordo com as exigências dos tempos da produção capitalista. (...) Se optarmos pela vida humana, como é nossa proposta, (...) os horários e dias de trabalho teriam de ser adaptados ao horário doméstico necessário e não o contrário, como se faz atualmente. Os tempos mercantis teriam que ser flexibilizados, mas para se adaptar às necessidades humanas. O resultado seria uma valorização crescente do tempo não-comercializado, o que contribuiria para que o setor masculino da população reduzisse as horas dedicadas ao mercado e a assumisse sua parcela de responsabilidade nas tarefas diretas de cuidado. Desse modo, a "igualdade" poderia ser alcançada entre mulheres e homens, pois estes estariam imitando as primeiras, participando de forma semelhante naquilo que são as atividades básicas da vida (CARRASCO, 2001 : 33-34).

Dessa maneira, rompendo com o paradigma patriarcal e capitalista, conceitos como a divisão sexual do trabalho, a família nuclear do marido provedor e o contrato sexual seriam gradualmente desconstruídos, deixando de ditar a organização social. Portanto, estaria traçado o caminho rumo à igualdade de gênero e à real valorização do trabalho feminino.

As alternativas propostas pela Economia Feminista contrapõem-se diametralmente à teoria econômica ortodoxa - mais especificamente, à neoclássica. Dentre as economistas da linha de pensamento disruptiva, há aquelas que partem de conceitos marxistas para apresentar novos modelos de sociedade (baseados na teoria do valor de Marx) e/ou desconstruí-los, demonstrando que mesmo fora da esfera do liberalismo, há a dominação e exploração patriarcal.

Na década de 1960, marxistas autonomistas passaram a focar na luta dos operários que estava ocorrendo não só nas fábricas e nos partidos como também nas comunidades. Nesse contexto, Mario Tronti (1963) cunhou o conceito de "fábrica social". Segundo o autor, o trabalho produtivo das fábricas era insuficiente para analisar os diversos aspectos da vida social: a acumulação de capital ocorria não só no espaço de trabalho, mas também envolvia a reprodução da força de trabalho. A classe dos trabalhadores era, portanto, a sociedade como um todo, e deveria ser conceitualmente redefinida para abarcar trabalhadores que não fizessem parte da indústria.

Nesse momento, feministas marxistas autonomistas aplicaram o conceito de "fábrica social" ao contexto do trabalho reprodutivo. Mariarossa Dalla Costa e Selma James (1975) desenvolveram a ideia de que a reprodução da força de trabalho era um trabalho não pago que ocorria fora da fábrica propriamente dita mas que também sustentava o capitalismo. Nesse sentido, a partir da perspectiva das mulheres, a ideia de Marx de que as relações salariais eram centrais ao capitalismo, possibilitando a geração de mais-valia e a exploração dos operários, ganhava uma dimensão a mais. Para Dalla Costa, era justamente o fato de o trabalho reprodutivo não receber salários que tornava a exploração por parte do capital ainda mais profunda⁸: a fábrica social tem como pivô a mulher que produz força de trabalho na sua casa, como uma mercadoria (DALLA COSTA e JAMES, 1975 : 3).

A economista Silvia Federici também aprofundou o conceito da fábrica social do ponto de vista feminista. Essa fábrica estaria centrada na cozinha, no quarto e no lar, uma vez que esses lugares eram o cerne da produção da força de trabalho, e de lá ela se expandia para os locais do trabalho masculino, passando pela escola, escritórios e laboratórios (FEDERICI, 2012: 7-8). A luz jogada sobre essa exploração invisível e a maneira pela qual ela contribuía ao acúmulo de capital fomentou o movimento de Salários para o trabalho Doméstico, que ganhou força na década de 1970 (HOPKINS apud BATTACHARYA, 2017: 134). Contudo, como lembra Federici (2019: 63), o movimento sofreu oposição tanto de feministas que não se identificavam com o autonomismo marxista quanto dos demais operários, homens, que acreditavam que a luta por salários para o trabalho reprodutivo iria na verdade aumentar o poder de exploração do sistema.

Certas feministas marxistas também se opunham às propostas de Federici, Dalla Costa e James no ponto em que elas afirmavam que o trabalho doméstico produzia valor de troca. Para elas, principalmente em países menos desenvolvidos, era complicado distinguir o trabalho doméstico não-pago do trabalho de camponeses com o objetivo de subsistência. Ademais, independentemente da categorização entre trabalho doméstico ou de subsistência, usando o conceito marxista, nenhum dos dois produzia mercadorias. Assim, a produção doméstica gerava apenas valor de uso, não fazia parte do ciclo de mercadorias capitalista e, portanto, não possuía valor de troca.

⁸ As teorias feministas que reivindicavam salários para o trabalho doméstico são explicadas de maneira mais completa no tópico 2.2.1.

Essa maleabilidade do trabalho doméstico, para essas economistas, implicava na necessidade de um novo conjunto de relações para explicá-lo (HOPKINS *apud* BATTACHARYA, 2017: 134). A economista Susan Himmelweit (1995), na linha de pensamento das economistas feministas de ruptura, propunha o desenvolvimento de um novo arcabouço analítico que fosse além da dualidade entre produção/reprodução, que é encontrada inclusive no marxismo – no conceito dual de valor de uso/valor de troca. Para a autora, nem tudo precisa ser visto como trabalho ou “não-trabalho”. Ao invés de reforçar essa dicotomia tentando encaixar o valor gerado pelas mulheres em categorias criadas em torno da forma pela qual os homens entram no mercado, seria necessário transcendê-las (HIMMELWEIT, 1995: 15-16). Para certas economistas inspiradas também pelo marxismo, a principal missão, portanto, seria ir além dos termos de produção e reprodução e das demais dicotomias atreladas a eles para de fato valorizar e desenvolver teorias acerca do trabalho feminino não pago (HOPKINS *apud* BATTACHARYA, 2017 : 135).

É quase um consenso na teoria da Economia Feminista que o trabalho doméstico não pago é socialmente necessário, produzindo valor para a sociedade mesmo sem este ser reconhecido. No entanto, ele não necessariamente deve ser definido como produtivo em termos marxistas, uma vez que ele não gera mais-valia. O valor gerado pela reprodução não participa do ciclo do capital como ele foi descrito por Marx (1996: 285) – não há a compra da força de trabalho que, pelo seu valor de uso, gera mais valor e leva à acumulação. O trabalho doméstico não é afetado por mudanças no preço da força de trabalho por meio da flutuação dos salários e, logo, o valor por ele gerado não é pressionado por alterações nas taxas de lucro.

Em suma, há as feministas marxistas autonomistas, que afirmam que o trabalho doméstico não-pago gera valor de troca e que a esfera da reprodução é temporalmente e espacialmente separada da esfera da produção e há também as feministas marxistas que definem que o trabalho doméstico não pago gera apenas valor de uso.

O movimento da crítica do valor, que se iniciou na década de 1970, elaborou uma revisão do trabalho abstrato e problematizou os conceitos do marxismo tradicional (LEITE, 2019: 1). Os autores que fizeram parte da "Wertkritik" reformularam as interpretações tradicionais sobre a teoria marxista, aplicando-as à nova forma de capitalismo financeiro,

onde os meios de produção estavam cada vez mais concentrados, surgiam técnicas inéditas de planejamento e a urbanização mudava a dinâmica do sistema.

Dentre os autores que fizeram parte da crítica do valor, Roswitha Scholz agrega uma perspectiva feminista ao movimento, combinando a ideia de "dissociação-valor", cuja crítica abrange todo o sistema capitalista, com a luta pela valorização do trabalho feminino. Como Scholz (2000) explica, o valor é encarado como algo trans-histórico, como um objeto da vivência humana, tanto no marxismo quanto no feminismo. Na crítica fundamental do valor, este é compreendido e criticado como expressão de uma relação social fetichista. Durante a produção de mercadorias para o mercado, as pessoas não utilizam os seus recursos de forma coordenada em prol da reprodução da vida humana, mas de maneira isolada, produzindo mercadorias que se tornam produtos sociais apenas quando fazem parte do ciclo de trocas no mercado (SCHOLZ, 2000: 2). Assim, o conceito de fetichismo cunhado por Marx (1996 [1867]) ganha destaque como uma ideia central na formulação do valor pela nossa sociedade. Como Scholz (2000: 2) destaca, essa dinâmica da produção capitalista transforma negativamente os relacionamentos sociais, que se apresentam aos humanos como relações entre objetos, postas em relação entre si na base da quantidade abstrata de valor que representam. Logo, as pessoas são objetificadas e as mercadorias são personificadas.

Para explicar como ocorre a socialização no capitalismo, a autora vai além, apresentando a ideia da dissociação-valor. No capitalismo, os relacionamentos entre as pessoas não são determinados simplesmente pelo fetichismo e pelo trabalho abstrato; um componente relevante para a determinação da maneira como a sociedade se relaciona é uma dissociação especificada sexualmente, que é mediada pelo valor. Nesse sentido, o movimento de dissociação não é um sistema oriundo do conceito capitalista de valor: ambos existem concomitantemente, numa relação dialética recíproca, uma vez que um está contido no outro. Segundo Roswitha, ambos são "momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária, que devem ser compreendidos ao mesmo alto nível de abstração." (SCHOLZ, 2000: 5). É nesse sentido que a autora afirma que o valor é o homem, não como um ser biológico, e sim como "depositário histórico", estabelecido por meio da socialização pelo valor (SCHOLZ, 1996 : 33).

A dissociação implica a existência de atividades que não são compreendidas pelo valor, de uma parte oculta da própria teoria. O trabalho reprodutivo, historicamente colocado

como uma atividade feminina, representa portanto o reverso do trabalho abstrato. Por isso, para a autora, o feminismo erra ao categorizá-lo como tal. A "esfera de atividades femininas" e as qualidades atribuídas às mulheres representam somente o outro lado da moeda do "trabalho" abstrato no patriarcado ligado à forma-valor (SCHOLZ, 1996: 16). As atividades ocultas são aquelas que envolvem o cuidado, a assistência, o afeto e que são compreendidas como responsabilidade das mulheres. Dessa maneira, Roswitha demonstra como a socialização pelo valor é androcêntrica, mesmo ao partir da perspectiva marxista sobre o valor. A designação das atividades femininas fazem parte dessa socialização, ao mesmo tempo que são por ela invisibilizadas.

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher. (...) As cisões de que resultam a esfera feminina, o contexto de vida feminino e o âmbito de atividades imputado às mulheres (administração do lar, educação dos filhos, "convívio social" etc.) são portanto elementos integrantes, por um lado, da socialização pelo valor, mas por outro, lhe são também exteriores. Como no entanto a cisão necessariamente faz parte do valor e com ele é posta, seria preciso criar um novo entendimento da socialização, capaz justamente de levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão — não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado. (SCHOLZ, 1996: 18)

Em relação à separação entre as esferas privada e pública, de acordo com a tese da dissociação-valor, elas são idealmente concebidas como feminina e masculina, respectivamente. Essa cisão acompanha o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que quanto mais desenvolvida é a relação de valor, "mais claro é o divórcio entre esfera pública e privada, mais inequívoca é a estrutura patriarcal" (SCHOLZ, 1996: 20). Contudo, é evidente que, mesmo com tal dualidade, sempre houve mulheres presentes também na esfera pública, assumindo cargos políticos, acadêmicos e em grandes empresas. Porém, como a autora pontua, a dissociação impacta também o interior da esfera pública, implicando maneiras distintas de encarar o trabalho das mulheres (SCHOLZ, 2000: 10). Até os dias de hoje, o trabalho "produtivo" não tem o mesmo poder fundador de identidade para mulheres e homens.

Dessa maneira, a sua teoria rejeita as tentativas anteriores de certas feministas de promover salários para o trabalho doméstico, uma vez que isso acarretaria a maior reificação das relações humanas, pois a reprodução passaria a ser encarada por meio de categorias que surgiram da lógica da produção capitalista (SCHOLZ, 1996: 2). Por mais que a autora reconheça que a cultura patriarcal ocidental foi historicamente determinada, a solução por ela proposta também não envolve o retrocesso a formas menos civilizadas de organização social. Assim, para Scholz (1996) a forma do valor só pode ser superada se a identidade masculina for rompida. Ao encarar a obsolescência do conceito de valor no capitalismo moderno de maneira sexualmente neutra, não é possível chegar a uma solução de fato eficiente. Aliado à necessidade de desconstrução da identidade masculina está o fim do fetichismo das mercadorias:

A superação do patriarcado é ao mesmo tempo a superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta é o fundamento da cisão patriarcal. O objetivo revolucionário seria portanto um grau mais elevado de civilização, no qual homens e mulheres sejam capazes de fazer pelas próprias mãos sua história, para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais (SCHOLZ, 1996 : 36).

3. Valor do trabalho feminino em um mundo globalizado

A globalização caracteriza-se por um processo de integração econômica, política, cultural e comunicativa em nível mundial. Apesar de o termo se referir usualmente à realidade contemporânea, o fenômeno não é recente; remonta ao século XVI, ao momento das Grandes Navegações, quando o processo de dominação e conexão entre territórios se iniciou. Por ser um movimento ininterrupto, que transpassa séculos e que acompanha as inovações tecnológicas da sociedade, a globalização pode ser dividida em diversas fases. A análise em questão irá focar na fase que se inicia no pós-segunda guerra, mais especificamente nos processos migratórios, aliados às reformas neoliberais no fim do século XX, que transformaram as formas de acumulação, as formas de trabalho e as relações das trabalhadoras com o capitalismo.

O economista François Chesnais (1995) explica que, no final do século XX, quando a globalização do pós-guerra já surtia efeitos macroeconômicos, as economias apresentavam certos fatores em comum: o crescimento dos produtos nacionais havia desacelerado, nações sofriam com uma deflação rastejante, a economia mundial estava extremamente instável, marcada por sobressaltos monetários e financeiros, o desemprego estrutural era alto e regiões inteiras estavam sendo marginalizadas em relação ao sistema de trocas e a uma concorrência internacional cada vez mais intensa. Para ele, tais aspectos eram oriundos de um regime de acumulação novo, que dependia das prioridades do capital privado altamente concentrado, "aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal". (CHESNAIS, 1995: 1)

A participação dos países no comércio e na integração com o mundo globalizado é reforçada como uma necessidade, um fator inevitável, pelas organizações mundiais (como a OCDE, ONU e FMI) e pelos governos dos países centrais no processo (como os Estados Unidos e certos países europeus). De acordo com esse discurso dominante, essa situação é inevitável por estar ligada a uma globalização da economia que é impulsionada pelas leis livres do mercado. Partindo de uma perspectiva marxista, a palavra globalização é carregada de ideologia (CHESNAIS, 1995: 3). Os países e os trabalhadores de todo o mundo parecem não ter outra opção além de se adaptarem a esse processo. Globalização tornou-se uma palavra-chave que constitui um *slogan* das organizações econômicas internacionais. (CHESNAIS, 1995: 3)

Após décadas de crescimento acelerado do produto dos países desenvolvidos e um mercado otimista, a economia, na década de 1970, passa a sofrer com diversas crises e dificuldades estruturais. Dessa maneira, houve um aumento das desigualdades mundiais, aprofundando a distância entre os países do "Norte" e do "Sul". No entanto, por mais que o discurso dominante propague a perspectiva de que certos países encontram-se numa situação de subdesenvolvimento devido a um atraso na sua participação da dinâmica capitalista, a situação real é diferente. As nações subdesenvolvidas participam do capitalismo desde o seu surgimento, sendo fatores essenciais para a acumulação primitiva.

Na verdade, os países do "Sul" não são subdesenvolvidos: eles se desenvolvem na periferia do capitalismo, com todas as implicações desse *status* - concentração de renda, desequilíbrios, crises, desemprego e miséria (DE PAULA, 1997: 34-35). Esses resultados ampliados pela globalização neoliberal afetam as formas de trabalho na transição do século XX para o século XXI, implicando em novas relações empregatícias entre indivíduos dessas duas realidades distintas, de sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. De forma análoga, surgem também novas relações de poder que abalam o feminismo em escala mundial.

Em meio à transposição das barreiras espaciais e políticas que ocorrem mediante a globalização, novas experiências de organização industrial e da vida social começam a surgir. Nesse sentido, David Harvey (1992) cunha o conceito de acumulação flexível. Para ele, as experiências proporcionadas pelo mundo globalizado podem representar o primeiro impulso para um regime de acumulação completamente novo, associado a uma regulamentação política e social distinta. A acumulação flexível é marcada por um confronto com a rigidez do fordismo (baseado na integração vertical do processo de produção e uniformização do produto), sendo baseada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e do consumo. Diante das formas mais flexíveis, o desenvolvimento desigual também sofre mudanças, no que tange diferentes setores e regiões geográficas, criando um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços” (HARVEY, 1992 : 140). O economista João Antônio de Paula (1997: 29) destaca que o setor de serviços foi o que mais se expandiu em termos de investimento direto externo mundial na década de 1980, chegando a constituir metade do valor do estoque mundial dos investimentos diretos externos no final do século passado.

A tendência à flexibilização levou, desde o final do século XX, ao crescimento da terceirização e da precarização do trabalho. Trabalhos informais e relações empregatícias abusivas, onde o provedor de serviços não tem garantia de direitos, ganharam mais espaço no

mercado - especialmente para trabalhadores de países “subdesenvolvidos”. Tais processos, impulsionados pela globalização, atingiram de forma mais intensa a vida das mulheres. Como explica a socióloga Helena Hirata (2015: 1), o gênero é um organizador chave da globalização neoliberal, sendo impossível entender a evolução das dinâmicas internacionais sem essa perspectiva. Em meio à internacionalização, certas tendências da deterioração operária são observadas em diversos países ocidentais: o desemprego feminino é maior do que o masculino na maioria dos países industrializados, as mulheres são maioria no desemprego oculto pelo desalento e seus salários são, em média, menores.

As transformações econômicas, aliadas aos movimentos sociais, aumentaram a participação da mulher no mercado de trabalho, em áreas formais e informais, bem como no setor de serviços. No entanto, como colocaram diversas economistas feministas (*ver tópico 3.3*), a entrada de mulheres no âmbito do trabalho produtivo não as exime das obrigações domésticas. Nesse sentido, elas desenvolvem uma jornada dupla, de trabalho ininterrupto, pois quando se encerram as atividades produtivas, a mulher ainda necessita cuidar da sua casa e da família. Tal arranjo entre a vida familiar e a profissional têm se ampliado desde o fim do século XX, e é chamado de “modelo da conciliação”: a mulher trabalha fora de casa, mas concilia trabalho profissional e doméstico; enquanto o homem não vê a necessidade de fazer parte de ambas as esferas, pois a norma social que leva à conciliação feminina não existe para ele (HIRATA, 2015: 5). No entanto, nas últimas décadas, surgiu um novo modelo que está tendencialmente se ampliando nos países ocidentais (principalmente nos do “Norte”) – o “modelo da delegação”. Nele, a mulher delega a outras mulheres o cuidado doméstico e familiar; no geral, mulheres em altos cargos executivos só podem trabalhar se outras mulheres, com menos recursos e oportunidades, cumprirem essas responsabilidades (HIRATA, 2015: 5-6). Logo, é evidente que esses dois grupos dentro do gênero feminino dependem dessa dinâmica desigual para existirem em suas determinadas posições sociais.

Assim, concomitantemente à expansão do setor de serviços e da flexibilização laboral, características-chave da globalização moderna, houve o crescimento da mercantilização do trabalho de cuidado. Esse processo, além de fazer parte de um contexto de diminuição das barreiras internacionais, foi consequência do envelhecimento da população e da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho. O trabalho reprodutivo feminino, diante da sua mercantilização passa a ser considerado, enfim, um trabalho (nos termos capitalistas) (HIRATA, 2015: 9).

À primeira vista, isso pode parecer como algo positivo para o movimento feminista, mas é relevante ressaltar que as profissionais deste ramo são, em sua maioria, mulheres, pobres, negras e imigrantes, que não tiveram outras oportunidades. Hirata, por meio de estudos comparativos sobre o trabalho do cuidado no Brasil, Japão e França, concluiu que a profissão, nos três países, oferece salários baixos e possui pouco reconhecimento social (HIRATA, 2015: 10). Dessa forma, mesmo passando a ser uma atividade que configura o recebimento de salários, o trabalho doméstico ainda é invisibilizado pois, ocorrendo no âmbito privado, é pouco valorizado, possui um baixo status social e constitui-se num mercado para imigrantes sem cidadania (LISBOA, 2007: 814-815).

Sendo assim, observa-se que as tendências à precarização do trabalho e à mercantilização da reprodução apresentam fatores em comum. O símbolo do trabalho precário no século XXI, especialmente ao fazermos um recorte brasileiro, é o emprego doméstico, sobretudo o de diarista, que é majoritariamente exercido sem vínculo empregatício, nem proteção social ou direitos. As cuidadoras domiciliares de pessoas idosas são no Brasil, mas também na França (região parisiense), em sua maioria, mulheres, pobres, imigrantes e não-brancas. A situação denuncia as desigualdades raciais e sexuais atreladas às atividades reprodutivas, uma vez que “o polo dos beneficiários de cuidados é constituído por aqueles que têm o poder e os meios para ser objeto de cuidado, sem terem a necessidade de serem sujeitos do cuidado” (HIRATA, 2015 : 10-11).

Quais as consequências da globalização sobre a divisão sexual do trabalho? 1. A globalização criou mais empregos femininos, mas ao mesmo tempo empregos mais precários e mais vulneráveis; 2. A abertura de mercados e a política de desregulamentação implicaram em condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando a carga de trabalho remunerado e não remunerado; 3. Privatização: uma parte do trabalho de reprodução social assegurada antes pelo Estado passa a ser remetida à esfera familiar e ao mercado de trabalho precário (trabalho feminino pouco remunerado para assegurar o trabalho de reprodução social); 4. Aumento das desigualdades de sexo, de classe, de raça pela reorganização da divisão mundial do trabalho e de acesso aos recursos e a aparição concomitante de um movimento social de mulheres contra a globalização neoliberal – a Marcha Mundial das Mulheres – em 2000, reivindicando total autonomia em relação aos movimentos altermundialistas, aos sindicatos, aos partidos, aos homens (HIRATA, 2015: 16-17).

A expansão das atividades reprodutivas também ampliou o fluxo migratório internacional de mulheres dos países do hemisfério Sul para países industrializados do Norte.

As imigrantes têm como principal destino o trabalho de cuidado na casa de famílias cujas esposas/mães estão exercendo atividades “produtivas”, sendo incapazes de carregarem a responsabilidade de cuidar da casa, filhos e marido. É nesse sentido que o “modelo da delegação” ganha mais espaço no contexto da globalização, substituindo, em muitos casos, o “modelo da conciliação”. Nesse sentido, as relações de poder entre mulheres também ganham uma nova dimensão, uma vez que a opressão do capitalismo patriarcal sobre o trabalho feminino passa a se operar por meio da relação entre empregadora e empregada. Retomando as ideias de João Antônio de Paula (1997: 34-35), as imigrantes de países subdesenvolvidos não ficaram para trás no processo do capitalismo; sua condição de subordinação é essencial para que o sistema avance e cresça nos países desenvolvidos. Seu trabalho faz parte do processo de acumulação do capital e é necessário para que uma parte das mulheres consiga ganhar espaço dentro do capitalismo.

Diversas imigrantes que permanecem em países estrangeiros para exercer o trabalho de domésticas não são reconhecidas como cidadãs; algumas não recebem visto para entrada mas permanecem clandestinamente e têm seu trabalho assentido pelos contratantes que eventualmente lhes ajudam a driblar as leis (LISBOA, 2007: 810). A precarização do trabalho afeta de forma intensa a vida dessas mulheres, impactando suas famílias, sua saúde física e mental e sua integridade como seres humanos. A socióloga Teresa Lisboa (2007) realizou um estudo por meio de entrevistas com mulheres que migraram de países subdesenvolvidos para a Europa e concluiu que os principais problemas enfrentados por elas envolvem: a falta de comprometimento dos empregadores em garantir sua estadia legal no país, a falta de acesso a serviços básicos e de saúde devido à sua situação de ilegalidade, o não-pagamento de horas extras, os baixos salários, a violência e abuso sexual exercido pelos patrões, a sobrecarga e o desrespeito aos limites entre relações de trabalho e relações pessoais por parte dos patrões, dentre outros.

A demanda por trabalhadoras domésticas em países europeus cresce especialmente devido a necessidade de substituição do cuidado que era antes exercido pela família ou por instituições estatais (asilos, hospitais, creches) que têm sido deterioradas face ao neoliberalismo. Arlie Hochschild (2004) chama esse fenômeno de “cadeia global de assistência” - na maioria das vezes, tais cadeias ligam três conjuntos de cuidadoras: há uma mulher que cuida dos filhos da imigrante no seu país de origem; outra cuida dos filhos desta mulher responsável pelos filhos da imigrante (muitas vezes é a sua mãe ou sua filha mais

velha cuidando dos demais); e a terceira é a imigrante que passou a cuidar da família dos seus patrões no país desenvolvido (HOCHSCHILD, 2004: 196). A cadeia criada transpõe barreiras geográficas e estabelece relações de exploração “à distância”, entre classes, raças e nações. Mulheres mais pobres necessitam abandonar suas famílias para dedicar seu afeto aos filhos de outras pessoas, transferência que garantirá a sua subsistência.

O trabalho afetivo desempenhado pelas trabalhadoras domésticas também denuncia o que Hochschild chama de uma desigualdade mundial de assistência e amor, gerada por meio de uma “mais-valia emocional” (HOCHSCHILD, 2004: 193). A autora suscita a questão sobre como, por meio do trabalho reprodutivo de mulheres de diversos países subdesenvolvidos, os países do “Norte” estão importando amor materno, como se fosse uma *commodity* dos tempos coloniais. Como comenta Lisboa, a transferência do valor sentimental que ocorre das nações de origem das trabalhadoras para países de primeiro mundo acontece de maneira completamente impessoal, uma vez que a maior parte dos empregadores convivem com as empregadas domésticas como se elas não tivessem deixado uma família e uma história para trás (LISBOA, 2007 : 815).

A economista Silvia Federici (2019) destacou dois aspectos fundamentais da globalização que impactaram mundialmente a vida de mulheres e o movimento feminista: (i) como as políticas neoliberais destruíram os sistemas femininos de agricultura de subsistência; (ii) como a intervenção da ONU e de demais órgãos internacionais nos direitos das mulheres colonizou o movimento feminista, minando a sua articulação.

Segundo Federici (2019: 279), as mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta, tanto em áreas rurais quanto urbanas. São elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos pela família ou vendidos em mercados locais, principalmente em países asiáticos e africanos. Do ponto de vista dos trabalhadores, a agricultura de subsistência tem sido um importante meio de provisão para bilhões de operários, dando-lhes a possibilidade de lutar por melhores condições de trabalho e sobreviver a greves e protestos (FEDERICI, 2019: 288). Contudo, a economia liberal categoriza o trabalho de subsistência da mesma forma que o trabalho doméstico: por servir a fins reprodutivos e, logo, não ser uma produção voltada para o mercado, é considerado uma atividade não econômica e improdutiva. Nesse sentido, economistas ortodoxos propõem, como alternativa à economia de subsistência encontrada nos países "subdesenvolvidos", os chamados "projetos geradores de renda", que

objetivam capacitar mulheres agricultoras para o mercado considerado "produtivo" e que foram altamente difundidos pela ONU.

Dessa forma, a importância da economia de subsistência como fonte de poder para trabalhadores na ordem colonial pode ser compreendida por meio dos ataques que sofreram por parte do Banco Mundial, FMI e OMC, sob a justificativa dos ajustes estruturais e da globalização, desde a década de 1980. A destruição da agricultura de subsistência e a mercantilização das terras comunais foram peças-chave para a consolidação dos programas neoliberais de ajuste estrutural do Banco Mundial. Desde o final dos anos 1980, além do cercamento das terras, esses órgãos "inundaram os mercados das recém-liberalizadas economias da África e da Ásia (...) com alimentos baratos (...) provenientes da Europa e da América do Norte, deslocando ainda mais as agricultoras dos mercados locais" (FEDERICI, 2019: 289-290). Dessa maneira, as empresas internacionais de agronegócio, interessadas na dominação de novos mercados para impulsionar suas exportações, absorveram as terras comunais das vilas. A guerra e a fome, atreladas ao estabelecimento do imperialismo neoliberal, provocaram o êxodo de milhares de pessoas de suas terras. Por fim, a autora destaca a importância da luta das mulheres pela terra: elas têm sido o principal escudo do proletariado mundial contra a fome provocada pelo regime neoliberal do Banco Mundial, fornecendo uma forma prática de reproduzir a vida através de um caminho não comercial (FEDERICI, 2019 : 290).

Nas décadas de 1980 e 1990, a ONU iniciou sua tentativa de promover mais igualdade entre os sexos mundialmente, por meio da promoção do "direito das mulheres". No entanto, assim como foi no processo de descolonização nos anos 1960, a intervenção da ONU no movimento feminista limitou seu potencial revolucionário, garantindo que seus objetivos estivessem alinhados às ambições do capital internacional e as instituições que lhe sustentam - FMI, OIT, Banco Mundial, OCDE, OMC e a própria ONU (FEDERICI, 2019: 238). A Organização buscou apoiar a emancipação feminina através de diversas conferências globais sobre mulheres e atividades complementares, cujo objetivo era instruir os governos locais sobre a importância da inclusão feminina em atividades políticas e econômicas.

Dessa maneira, a ONU propagou a demanda do feminismo liberal de "igualdade em relação aos homens" no mercado de trabalho a fim de fortalecer as instituições contra as quais os trabalhadores se rebelavam mundialmente. O objetivo das intervenções não era melhorar a

vida das mulheres, e sim se aproveitar da luta feminista para, de maneira velada, incorporar o controle do capital internacional ao movimento. Como explica Federici, na mesma década que a ONU iniciou seus trabalhos voltados ao feminismo,

a condição das mulheres se deteriorava drasticamente no mundo inteiro, devido às políticas adotadas por agências que fazem parte da própria instituição, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC - políticas contra as quais a ONU nunca se opôs e as quais nunca criticou. Os programas de ajustes estruturais, (...) afundaram a maioria das regiões afetadas em uma pobreza que não foi vista nem no período colonial e que, sistematicamente, minou as possibilidades de mulheres (exceto uma minoria de classe alta e do empresariado) melhorarem sua qualidade de vida e acessarem os serviços de educação, atenção médica e alimentar, entre outros. (...) O que a ONU conseguiu foi neutralizar o movimento pela libertação das mulheres e incorporá-lo a seu programa político como uma vitrine para seu projeto de "democratização" (FEDERICI, 2019 : 244).

Dessa maneira, torna-se evidente como as instituições internacionais ocidentais, a serviço da globalização neoliberal, apropriaram-se da agenda feminista para favorecerem a acumulação capitalista às custas de mulheres dos países "subdesenvolvidos". Ademais, além das opressões intensificadas pela mercantilização do trabalho de cuidado, a globalização aprofundou as desigualdades de gênero por meio da destruição do trabalho de subsistência, atividade historicamente feminina e que garantia o sustento das comunidades em países do Sul.

4. Feminismo contemporâneo: desafios impostos pelo capitalismo autoritário

Os desafios impostos ao feminismo contemporâneo são não só oriundos dos resultados da globalização acelerada observada nas últimas décadas como também das novas formas de disseminação da opressão capitalista desenvolvidas no século XXI. A atual dinâmica do capitalismo é majoritariamente caracterizada pela transformação de natureza política observada no mundo ocidental. O fenômeno que se destacou nos últimos anos foi o enfraquecimento (ou até, em certos países, o colapso) da autoridade das classes e partidos políticos previamente estabelecida pela democracia capitalista. Como explica Nancy Fraser (2019 : 7), é como se os cidadãos, em todas as partes do mundo, tivessem parado de acreditar no senso comum reinante que sustentou a dominação política nas últimas décadas, perdendo a confiança na "boa fé" das elites e procurando por novas ideologias, organizações e lideranças.

A expressão da dinâmica de substituição do status quo moderno por uma nova forma de organização de poder no mundo ocidental pode ser representada pelo fortalecimento em diversos países de líderes autoritários que carregam a promessa de um retorno das classes médias a melhores condições de vida e emprego, após o suposto abandono da população ao desemprego pelo poder estabelecido anteriormente. Os exemplos mais emblemáticos são a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, de Jair Bolsonaro no Brasil, de Recep Erdoğan na Turquia, e o aumento expressivo do apoio a partidos e figuras autoritárias em países europeus como a França e a Itália. De forma análoga, pode-se ainda citar como resultado deste fenômeno a implementação do "Brexit" no Reino Unido, o declínio da legitimidade da União Européia e a desintegração dos partidos social-democratas e de centro-direita que a defendiam, as fortunas crescentes de partidos racistas e anti-imigrantes em todo o norte e centro-leste da Europa e o contínuo surgimento de forças autoritárias, algumas qualificadas como protofascistas, nos demais países da América Latina (FRASER, 2019 : 7).

Em consonância com a crise política, encontra-se a deterioração também de instituições não-políticas. Neste âmbito, os tempos atuais são marcados pela proliferação de trabalhos cada vez mais precários do setor de serviços; o aumento conjunto das emissões de carbono, de acidentes causados por condições climáticas extremas e do negacionismo climático; o encarceramento em massa racializado e a violência policial sistêmica; tensões crescentes na vida familiar e comunitária, em parte graças ao aumento das horas de trabalho e ao desmonte dos mecanismos públicos de assistência social; e dívidas dos consumidores

significativamente elevadas, tornando o domínio do capital sobre a produção familiar ainda mais intenso, especialmente em países na periferia mundial.

Outra faceta de destaque da dominação cada vez mais autoritária presente nos governos citados acima é a criação de imagens negativas acerca dos movimentos ligados a pautas sobre raça e sexualidade, apelando ao anti-intelectualismo e a campanhas de desinformação e manobras políticas que perpetuam uma série de histórias falsas (como o fenômeno recente das “fake news”). Neste âmbito, uma marca do governo proto-fascista e autoritário é não somente sua estratégia retórica como também o direcionamento simbólico e material dos seus inimigos, que são justamente as minorias mais marginalizadas pelo sistema - mulheres, pessoas pretas e LGBT+ (GÓMEZ-BARRIS, 2021).

Vale destacar que, anterior ao estabelecimento dos novos poderes autoritários, o bloco hegemônico na política estadunidense, que influenciava o posicionamento e as decisões políticas de empresas e instituições em todo o mundo ocidental, era o neoliberalismo progressista. Como explica a filósofa Nancy Fraser (2017), o neoliberalismo progressista é uma aliança entre as correntes liberais⁹ dos movimentos sociais, como o feminismo e a luta antirracista, e as corporações mais simbólicas de diversos setores, como Wall Street, Vale do Silício e Hollywood. Nessa aliança, há uma junção entre as pautas de justiça social e do capitalismo cognitivo, especialmente sua ala financeira. Dessa maneira, os movimentos agregam um certo carisma às corporações, fazendo com que as políticas que devastaram a vida dos trabalhadores operem de maneira disfarçada sob a bandeira da diversidade e do empoderamento. As propostas do feminismo liberal, que se fundamentam em aspectos individualistas e meritocráticos, caem na armadilha do neoliberalismo progressista. A incorporação dos movimentos sociais ao capitalismo financeiro leva à identificação do progresso com a meritocracia ao invés de com a igualdade, criando uma falsa ideia de que quando uma mulher da elite conquista um cargo masculinizado, a sociedade caminha rumo à emancipação feminina (FRASER, 2017).

No entanto, esse neoliberalismo progressista falhou em levar ao "progresso econômico" em meio às crises deste século, com destaque para o crescimento do desemprego e deterioração da atividade industrial no contexto da crise de 2008, dando lugar às novas lideranças conservadoras. Ainda que cada país apresente suas particularidades neste processo,

⁹ “Liberal” deve ser lido aqui, no sentido em que os americanos utilizam o termo, ou seja, como oposto a “conservador”; não se trata, portanto, de liberais no sentido econômico, como é mais comum utilizar no Brasil.

é plausível afirmar que, no final da década de 2010, os governos associados a essa antiga hegemonia capitalista neoliberal falharam em agradar as classes médias que, tiveram suas finanças afetadas por mais uma das crises cíclicas geradas pelo sistema. É nesse contexto que emerge a onda "trumpista", autoritária e proto-fascista que questiona o antigo status quo.

Todavia, por mais que possamos falar em uma onda de capitalismo autoritário que tem substituído a hegemonia do neoliberalismo progressista, ainda é muito cedo para falar de uma nova fase histórica do capitalismo. As crises institucionais que emergiram nos últimos anos e as tendências políticas que ganharam força em oposição ao neoliberalismo fazem parte de um movimento novo no sistema. Para introduzir uma "nova fase", esse capitalismo autoritário marcado pela financeirização e conservadorismo, tanto político quanto econômico, deve ser viável no longo prazo. Contudo, essas estratégias ainda não formam um projeto coerente (SOLTY, 2019). Economicamente, esse capitalismo baseado no empobrecimento das demais nações na tentativa de garantir a própria prosperidade às custas do estado vizinho, leva à luta por fatias de um mercado que não tende a crescer.

Nesse contexto, cabe a pergunta: de que maneira o sistema econômico contemporâneo por meio de mecanismos do seu próprio funcionamento, coloca as ambições transformadoras do feminismo como um inimigo interno? A financeirização e o endividamento, centralizado nos países pobres, são aspectos econômicos intimamente ligados à manutenção das opressões patriarcais - e, portanto, à continuidade das crises reprodutivas que conhecemos hoje.

Segundo Silvia Federici (2014), já na década de 1980, o endividamento dos trabalhadores já deteriorava seu poder social. Essa teria sido a época responsável por criar a infraestrutura que permitiu o crescimento da nova "economia da dívida". A natureza da dívida como uma relação social foi expandida pela maior concessão do crédito bancário aos trabalhadores por meio da ampliação do acesso aos cartões de crédito, aliada à precarização do trabalho, à extinção das leis anti-usura na maioria dos estados e à privatização da educação e da saúde - ou seja, no contexto de desmonte e declínio das medidas de bem-estar social. Foi consolidada uma "economia da dívida" que desarticula o tecido social, com a ilusão de que os meios financeiros que o sistema bancário oferece também poderiam ser utilizados pelos trabalhadores não só para o seu sustento como também para prosperar dentro do sistema (FEDERICI, 2014).

A crise de 2008 revelou que a esperança de que a “financeirização” pudesse fornecer uma solução ou uma alternativa para o desemprego e a deterioração da qualidade de vida era apenas ilusória. Mas o endividamento permaneceu consolidado como um mecanismo de controle e opressão. O mecanismo de empréstimo e geração de dívida se tornou, neste século, o principal meio de reprodução; uma nova relação de classe foi produzida, onde os exploradores são mais escondidos, mais afastados, e os mecanismos de exploração são muito mais individualizados, quase como se a própria “vítima” do sistema fosse culpada (FEDERICI, 2014). Os trabalhadores não encontram mais um chefe para enfrentar ou um lócus para desenvolver a sua luta; os empregados agora enfrentam todo o sistema financeiro e combatem sozinhos a opressão dos bancos, sem as vantagens de uma organização coletiva. Dessa forma, a resistência torna-se mais difusa e enfraquecida e a função da dívida como instrumento de exploração é mascarada por se apresentar aos trabalhadores como uma oportunidade de investimento em si mesmos.

A leitura econômica feminista sobre as implicações do endividamento em massa aponta que a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres é expandido pelo mecanismo - e que, portanto, o feminismo é um movimento que deve lutar contra a financeirização para caminhar rumo à emancipação das mulheres. O trabalho reprodutivo está mais intimamente entrelaçado com o trabalho nas economias populares, tendência que tem se expandido com o aumento da mercantilização de atividades reprodutivas, onde mulheres mais ricas ou de países mais desenvolvidos contratam aquelas de países mais pobres para efetuar as atividades do lar (conforme explicitado no capítulo anterior). Segundo a socióloga feminista Veronica Gago (2020 : 124), esse fenômeno não deve ser lido apenas em termos de feminização da pobreza, mas também em termos de uma capacidade de redefinir a produção de valor por meio das esferas da reprodução da vida. As mulheres, nas economias mais pobres, tendem a desempenhar um papel mais central enquanto chefes de família e provedoras de recursos, num contexto em que a associação ao sistema bancário tornou-se obrigatória para receber benefícios sociais, incorporando milhares de novos usuários ao sistema financeiro sob o pretexto da democratização de acesso ao crédito. Um olhar feminista para a financeirização revela uma relação flexível com as finanças baseada na forma como, na maioria dos agregados familiares, a reprodução da vida depende das mulheres e de suas táticas de gestão cotidiana.

Ainda segundo Gago (2020 : 127), vários estudos apontam a preponderância de mulheres como devedoras, geralmente classificadas como “pagadoras exemplares”. As relações de confiança e parentesco das mulheres tornam-se, assim, um valor do qual o sistema financeiro se aproveita constantemente. Como exemplo deste fenômeno, podemos citar o estudo da socióloga brasileira Nina Madsen (2013 : 139), onde ela revela que a ascensão da classe média brasileira no fim da década de 2010 foi fundamentada não só no endividamento em massa das famílias como também só foi possível por meio da contínua exploração do trabalho não remunerados das mulheres que fariam parte dessa "nova classe média". Pela ótica de uma exploração mais clara e direta da posição social das mulheres pelo sistema financeiro, a economista Graciela Toro afirma que, por meio da expansão dos microcréditos especialmente para mulheres, chamados de “crédito solidário”, o banco explora a rede social das mulheres, incluindo suas relações de amizade e família, para torná-las fiadoras da dívida (TORO, 2010 in GAGO, 2020 : 127).

Diante das implicações do endividamento na reprodução da vida humana nos tempos atuais, o movimento feminista é chave para enfrentar a expansão da exploração capitalista como a conhecemos hoje, na sua nova faceta autoritária. O feminismo na atualidade confronta a representação mais abstrata do capital: o capital financeiro, forma de dominação que parece tornar impossível o antagonismo direto. Por meio do confronto à financeirização da vida, que ocorre quando o próprio ato de viver gera dívidas às famílias, o movimento feminista inicia uma luta contra essas novas formas de exploração e extração de valor. (GAGO, 2020 : 215). A incorporação da dimensão financeira às lutas das mulheres joga luz nas formas mais dinâmicas, versáteis e aparentemente “invisíveis” da exploração do sistema financeiro. A compreensão de como a dívida extrai valor das economias domésticas, não assalariadas e historicamente consideradas não produtivas permite enxergar os aparatos financeiros como mecanismos de controle sobre as formas de reprodução da vida.

A greve feminista que grita: “queremos nós mesmos vivos, livres e livres de dívidas!” consegue tornar a financeirização visível em termos de conflito e, portanto, torna claro que é uma ameaça direta à nossa autonomia. É necessário compreender o endividamento em massa que afeta as economias populares e as economias domésticas como uma "contrarrevolução" rotineira, por causa das formas que a dívida restringe nossas escolhas, nos obriga a procurar trabalho, extrai nossa riqueza e valor, e comanda à distância a forma como passamos os nossos dias. Assim,

trata-se de uma operação de capital no próprio terreno onde a luta feminista abalou tudo (GAGO, 2020 : 215).

No espaço deixado pelo neoliberalismo progressista, onde prosperam formas de poder autoritárias que ameaçam fundamentalmente os direitos pelos quais lutam as feministas, há ainda muita incerteza do que se pode esperar das tendências políticas e econômicas nos próximos anos. Nancy Fraser (2019 : 21) afirma que o candidato mais provável a se colocar contra a onda de governos de caráter "trumpista" seria um bloco contra hegemônico formado pelos membros da classe trabalhadora que, hoje, se encontram em espectros políticos opostos mas poderiam se unir na compreensão de que estão igualmente situados como "vítimas" de uma mesma economia manipulada pelas grandes corporações e pelo sistema financeiro. Somente uma política inclusiva, que reconheça tanto as dificuldades enfrentadas pelas minorias quanto as demandas da classe média afetada pelas recentes crises (para as quais o capitalismo autoritário teve forte apelo), tem chance de trazer ambas essas forças sociais indispensáveis em aliança com outros setores da classe trabalhadora, incluindo comunidades historicamente associadas à manufatura. Assim, combinando as demandas por igualdade socioeconômica com um reconhecimento não-hierárquico, essa opção teria a chance de unir toda a classe trabalhadora, posicionando-a como a força motriz de uma aliança que inclui também segmentos substanciais da juventude.

Contudo, uma aliança entre duas partes tão distantes no espectro político (a classe média que defendeu a emergência de líderes conservadores e aqueles que fazem parte de movimentos sociais, frequentemente se aliando à oposição) deve ser dificilmente concretizada no curto prazo. Nos países onde houve a ascensão de uma política autoritária, houve ainda uma tendência de polarização, marcada pela estereotipização e aversão da população ao grupo que discorda das suas próprias ideias. Neste âmbito, para Fraser (2019 : 23), a fim de que essa aliança seja mais viável, deve haver uma estratégia de separação: o afastamento dos movimentos sociais da dominação neoliberal-progressista e o afastamento da classe trabalhadora dos supostos aliados neoliberais nas grandes corporações.

Mulheres menos privilegiadas, imigrantes e pessoas não brancas devem novamente fazer parte dos movimentos sociais; estes devem incorporar suas devidas preocupações e demandas e se afastar das feministas liberais e grandes corporações que tomaram conta dos movimentos emancipatórios durante o neoliberalismo progressista. Além disso, a classe trabalhadora precisa ser persuadida a abandonar seus atuais aliados neoliberais. A classe

média e os mais vulneráveis precisam ser convencidos de que as forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o nacionalismo não irão fornecer a eles os pré-requisitos materiais essenciais para uma melhor qualidade de vida, enquanto uma aliança democrática e que busque políticas mais igualitárias poderá fornecê-los (FRASER, 2019 : 23). Ainda que a análise da socióloga tenha como foco a dinâmica de classes estadunidense, o contexto de polarização, onde parte da classe trabalhadora apoia um líder nacionalista, autoritário e que se coloca contra os movimentos sociais se aplica a diversos países latinoamericanos - especialmente ao Brasil, onde Bolsonaro se espelha tanto nas medidas quanto na persona de Trump. Assim, a proposta de formação deste bloco contra hegemônico poderia ocorrer e beneficiar grande parte dos territórios onde impera o capitalismo autoritário hoje.

Uma nova proposta político-econômica deve, portanto, renunciar à ênfase na meritocracia e no individualismo, dada pelo neoliberalismo progressista, e promover esforços nas bases estruturais-institucionais da sociedade contemporânea. A concepção de um modelo de sociedade que una as demandas de cidadãos que se encontram aliados a espectros políticos opostos mas que sofrem nas mãos dos mesmos mecanismos do capital deve destacar as raízes compartilhadas das injustiças de classe e status no capitalismo financeirizado. Assim, os movimentos sociais e, portanto, a luta feminista, serão favorecidos por esse novo bloco que vincule os danos sofridos por mulheres, imigrantes, pessoas não brancas e pessoas LGBTQ+ aos sofridos pela classe trabalhadora, que fora atraída pelo populismo de direita. De acordo com Fraser (2019 : 25), "reunindo os principais segmentos de toda a classe trabalhadora, essa estratégia poderia vencer".

No contexto das tendências capitalistas que ganham força no momento, o feminismo contemporâneo tem, portanto, alguns desafios fundamentais. Um deles é a luta contra a financeirização e expansão do controle do sistema bancário sobre a vida das famílias. Por meio do endividamento, o sistema financeiro torna a própria reprodução da vida humana, que recai fortemente sobre as costas das mulheres, uma atividade à mercê do capital. Como a economia da dívida torna o inimigo impalpável para os trabalhadores e "escondido" do embate direto, o movimento feminista tem ainda a oportunidade de tornar visível esse mecanismo implícito de opressão.

Na frente política, as feministas têm a responsabilidade de lutar contra a herança do neoliberalismo progressista; a visão instaurada de um falso sucesso feminino ao ocupar cargos masculinizados no mercado e o apelo à meritocracia e individualidade. Nesse afastamento de

um feminismo liberal que perpetua o patriarcado, o movimento deve recobrar as demandas de diversos grupos sociais, de mulheres mais vulneráveis, de diferentes etnias e sexualidades, abarcando de fato um feminismo que luta pelo direito de todos. Por meio desse apelo aos problemas palpáveis e reais de grande parte da população, o movimento deve direcionar seus esforços à criação de um grande bloco que una diversos grupos sociais, especialmente a classe trabalhadora, na contramão do autoritarismo que tomou conta da política mundial recente. Neste trabalho em prol de uma frente diversificada por demandas populares, o feminismo estaria de forma mais concreta ganhando espaço no debate e no poder público para promover políticas que, efetivamente, levem à emancipação das mulheres e à valorização da reprodução humana.

Conclusões

A sociedade capitalista, há anos, opta pelo benefício econômico e pelo acúmulo de capital em detrimento da reprodução e sustentabilidade da vida humana. Desde sua gênese, a Teoria Econômica tradicional desenvolveu uma compreensão sobre o valor que exclui as atividades de reprodução e cuidado, que, historicamente, foram designadas às mulheres. Uma análise da Teoria dos autores clássicos, como Smith e Ricardo, torna evidente que o valor é centrado em torno da produção econômica, cujo sujeito chave é o homem maximizador de lucros - um sujeito abstrato mas que, no entanto, não é feminino. A teoria marxista se opõe às teses anteriores que se utilizam dos conceitos econômicos para defender o capitalismo. Contudo, Marx não fugiu da defesa do patriarcado, delimitando conceitos de valor de uso e de valor que implicam o fato do trabalho doméstico não gerar valor algum.

O capitalismo patriarcal tem como um de seus pilares a divisão sexual do trabalho, que consiste numa divisão social do trabalho delimitada pelo gênero. Essa divisão é fundamentada no princípio de separação, designando as atividades produtivas aos homens e as reprodutivas às mulheres; e de hierarquização, colocando o trabalho dos homens acima do das mulheres, dando àqueles mais prestígio e liderança. Com o surgimento do capitalismo financeirizado e da globalização neoliberal, a divisão sexual ganha mais uma dimensão: há um aprofundamento das desigualdades entre mulheres, conforme uma parte passa a ocupar cargos tradicionalmente masculinos, a outra é obrigada a aceitar empregos mais precários.

O trabalho doméstico é uma dimensão central do trabalho reprodutivo, uma vez que ele envolve o cuidado da casa e da esfera familiar. Nesse âmbito, por mais que a teoria marxista seja permeada por pressupostos e conclusões sexistas, seu método foi imprescindível para o desenvolvimento de teorias do Feminismo Marxista acerca dessa forma de trabalho. A perspectiva do feminismo marxista busca resgatar a importância das atividades domésticas para o capitalismo, demonstrando que, mesmo invisibilizado, ele é essencial para o acúmulo de capital. Na verdade, o fato de não ser reconhecido como algo que gera valor aprofunda a exploração capitalista. A opressão é mais eficiente pois a falta de salário a esconde. Nesse sentido, a libertação feminina não pode ser alcançada pela conquista individual de espaços masculinizados, uma vez que isso excluiria milhões de mulheres que não tiveram a oportunidade de escolha e manteria a desvalorização do trabalho reprodutivo, uma parcela essencial e invisível para o capital.

Com o surgimento de novas formas mais flexíveis e autônomas, houve o crescimento do componente imaterial nos diversos tipos de trabalho. Atualmente, os trabalhadores, sobretudo no setor de serviços, devem demonstrar habilidade em lidar com as pessoas e seus sentimentos, trazendo uma sensação de bem-estar nas relações sociais de trabalho. A dimensão afetiva das formas de trabalho contemporâneas representa uma incorporação ao *mainstream* de uma habilidade ensinada às mulheres desde seu nascimento - a capacidade de cuidar e de servir emocionalmente ao próximo. No entanto, o trabalho afetivo é uma experiência alienante e sistematizada que tem como consequência a invisibilização da exploração das mulheres. Portanto, para que o capital não se beneficie do valor invisível criado pelo esforço feminino, é necessário que as teorias sobre a reestruturação do trabalho imaterial adotem uma perspectiva de gênero.

A Economia tradicional foi feita pelos homens e para os homens. Diante das teorias que abarcam apenas a produção masculina, a Economia Feminista surge como uma crítica às análises tradicionais, propondo um questionamento dos paradigmas por meio da perspectiva feminina. Assim como a Economia Feminista, a Economia de Gênero tem como objeto de estudo as relações de gênero - mas ambas diferem muito em suas epistemologias e propostas. A Economia de Gênero, ao analisar economicamente as relações entre os sexos, busca a inclusão feminina como sujeito e objeto de estudo dos discursos patriarcais preexistentes sem questioná-los, introduzindo-as à ortodoxia. Na Economia Feminista, pode-se distinguir duas correntes de pesquisa: a Economia Feminista de conciliação, que considera adequado adaptar os conceitos tradicionais a fim de incluir aspectos feministas que reconheçam o trabalho das mulheres; e a Economia Feminista de ruptura, que propõe a adoção de um novo paradigma, questionando as bases dos discursos patriarcais.

Na Economia Feminista de conciliação, surgiram conceitos fundamentais para a compreensão da exploração capitalista e patriarcal. As feministas introduziram no campo econômico conceitos como divisão sexual do trabalho e família nuclear. A unidade familiar, baseada no homem provedor, é essencial para o capitalismo por representar uma unidade de consumo, garantir a reprodução sem custos para o mercado e gerar uma quantidade relevante de valor não remunerado. Ambos os fatos sociais - a divisão sexual do trabalho e a família nuclear - estão intrinsecamente ligados à dicotomia vida pública/vida privada. Assim, essa cisão entre a esfera pública e a privada é de suma importância para a manutenção do acúmulo de capital: o contrato social, que fundou a sociedade moderna, também depende do contrato

sexual, um acordo informal que sujeita as mulheres aos homens na organização civil. A interdependência entre o contrato social e sexual é refletida pela divisão entre as esferas pública e privada, ambas também dependendo uma da outra para existirem. Logo, por mais que o trabalho produtivo e o reprodutivo situem-se em âmbitos distintos (público e privado respectivamente), a produção, atrelada à acumulação de capital, necessita da reprodução.

Na Economia Feminista de ruptura, diferentemente da vertente de conciliação, não é suficiente integrar o trabalho doméstico à análise econômica como conhecemos hoje: para que de fato haja a libertação das mulheres, é necessário que a sociedade adote uma nova forma de enxergar o que é o valor. As propostas dessas economistas envolvem a dissolução da dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada. A produção econômica apenas teria valor se ela contribuísse de alguma forma às atividades que garantem a reprodução da vida humana. Embora as feministas de orientação marxista discordem em relação à geração de valor de troca do trabalho doméstico, há um certo consenso nessa área de que o trabalho feminino gera valor de uso - um valor que é essencial para o capital e que é, por ele, invisibilizado. A feminista Roswitha Scholz (1996) afirma que o conceito androcêntrico de valor apenas pode ser superado por meio do rompimento da identidade masculina e com o fim do fetichismo da mercadoria. Como diversos autores - inclusive Scholz - reconhecem, esses objetivos só podem ser alcançados por meio da desconstrução do sistema capitalista, uma vez que ele é baseado nas relações sociais fetichizadas e na socialização pelo valor, a qual garante a dominação patriarcal.

A nova forma de globalização que se iniciou no final do século XX levou à flexibilização e à precarização das formas de trabalho. Especialmente nos países considerados subdesenvolvidos, como o Brasil, trabalhos informais e relações empregatícias abusivas, onde o empregado não tem seus direitos garantidos, ganharam mais espaço. Para entender esse processo, é essencial adotar a perspectiva de gênero, uma vez que a tendência à precarização atinge mais intensamente as mulheres. Diante da expansão da globalização neoliberal, o trabalho feminino está sendo reorganizado. Surge uma nova dinâmica de organização familiar, onde mulheres em cargos executivos contratam outras mulheres (geralmente imigrantes e pobres) para cuidar das tarefas domésticas e familiares. Ambas dependem dessa dinâmica desigual para manterem suas rotinas e, logo, a exploração capitalista e patriarcal passa a se operar por meio da relação entre empregadora e empregada. A serviço das ambições do neoliberalismo global, as instituições internacionais ocidentais (como a ONU, FMI, Banco

Mundial e OCDE), apropriaram-se da agenda feminista para favorecer a acumulação capitalista às custas de mulheres dos países "subdesenvolvidos". Os programas de ajuste promovidos destruíram as formas de sustento comunitários e a agricultura de subsistência, impactando de maneira mais ampla a vida de mulheres pobres e não-brancas, uma vez que essa atividade historicamente feminina era essencial para a sustentabilidade familiar nos países do Sul.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de se obter uma verdadeira emancipação feminina, objetivo que depende de uma transformação profunda da sociedade como um todo. Apenas as iniciativas que promovem conquistas coletivas dos direitos femininos - sem privilegiar mulheres brancas, ricas e heterossexuais - estão, de fato, contribuindo para a igualdade de gênero. Como as economistas feministas de ruptura propuseram, a valorização do trabalho feminino será alcançada pela adoção de políticas que centralizem a reprodução da vida humana. Naturalmente, tais iniciativas são anticapitalistas, uma vez que, no atual sistema, a produção de mercadorias é colocada acima da vida humana.

A junção entre as pautas de justiça social e o capitalismo financeiro, que surgiu na última década sob a expansão do neoliberalismo progressivo, prejudicou a capacidade do feminismo de lutar por pautas que impactam verdadeiramente a vida de mulheres de diferentes realidades, especialmente daquelas mais pobres. Nessa aproximação das corporações aos movimentos sociais de caráter liberal, as políticas que devastaram a vida dos trabalhadores passaram a operar de maneira disfarçada sob a bandeira da diversidade e do empoderamento. No final da década de 2010, os governos associados ao neoliberalismo progressista perderam grande parte do apoio das classes médias, que tiveram suas finanças afetadas por mais uma das crises cíclicas geradas pelo sistema. Nesse contexto, os últimos anos foram marcados pela substituição do bloco hegemônico do neoliberalismo pela emergência de líderes autoritários em diversos países ocidentais, caracterizados pelo seu caráter protofascista, que questiona o antigo status quo.

Em meio ao fortalecimento do capitalismo autoritário, o feminismo contemporâneo deve direcionar seus esforços para certas pautas. A financeirização é um mecanismo chave do capital contra o qual o feminismo deve lutar, uma vez que o sistema financeiro torna, por meio do endividamento, a própria reprodução da vida humana, que recai fortemente sobre as costas das mulheres, uma atividade à mercê do capital. A economia da dívida torna o inimigo impalpável para os trabalhadores e, portanto, o movimento feminista tem a oportunidade de

tornar evidente que o sistema bancário opera como um mecanismo implícito de deterioração da reprodução humana.

Para que o feminismo contemporâneo seja de fato inclusivo e mude a vida de todas as mulheres, sem discriminação, o movimento deve se afastar da visão que valoriza a meritocracia e a individualidade, que permanecem como herança do neoliberalismo progressista. É nesse contexto que as propostas da Economia Feminista de ruptura tornam-se essenciais. No sentido contrário do que propõe o feminismo liberal, evoluiremos como sociedade rumo à igualdade de gênero e à valorização das mulheres apenas com a abolição do sistema capitalista, a reestruturação da economia e a adoção de um novo paradigma que preza pela sustentabilidade de todas as vidas humanas. Ao pautar demandas populares que atendem a uma frente ampla de grupos, o feminismo estaria de forma mais concreta ganhando espaço no debate e no poder público para promover políticas que, efetivamente, levem à emancipação das mulheres e à valorização da reprodução, na contramão dos novos governos autoritários.

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do Trabalho: subsunção real da viração**. Website do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT) da Universidade de Campinas, 2018. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>
- ALTOMONTE, Guillermina. **Affect & Labor**. Athenea Digital, 20(2), e2322, 2020.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BALAKRISHNAN, Radhika & ELSON, Diane. **Economic Policy and Human Rights: Holding Governments to Account**. London, New York: Zed Books, 2011.
- BATTACHARYA, Tithi. **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- BJORNHOLT, Margunn & MCKAY, Ailsa. **Counting on Marylin Waring: new advances in feminist economics**. Bradford: Demeter Press, 2014.
- CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Campinas: Economia e Sociedade, 1995.
- CORSANI, Antonella. **Beyond the Myth of a Woman: The Becoming Transfeminist of (Post-)Marxism**. Substance: Italian Postworkerist Thought, 112, v. 36, n. 1, p. 106-38, 2007.
- CRUZ, Paula Loureiro da. **Alexandra Kollontai: a mulher, o direito e o socialismo**. São Paulo, 2011.
- DALLA COSTA, Mariarosa. JAMES, Selma. **Women and the subversion of the community**. 1971
- DELPHY, Christine. **Close to home: a materialist analysis of women oppression**. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1984.
- DE PAULA, João Antônio; GUERRA, Cláudio B.; BRITTO, Fausto R. A.; BARBOSA, Francisco A. R. & NABUCO, Maria Regina. **Dinâmica capitalista, divisão internacional do trabalho e meio ambiente**, ch. 1, p. 27-46, 1997. In: DE PAULA, João Antonio et al, eds., **Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica** [Biodiversity,

Population, and Economy: a region of atlantic forest], Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, <https://EconPapers.repec.org/RePEc:cdp:biodiv:cap001>.

DOLFSMA, Wilfred & HOPPE, Hella. **The Challenges of Feminist Economics**. Freiburger FrauenStudien, 2, 59-72, 1996. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-318305>

DOWLING, Emma. **Producing the dining experience: measure subjectivity and the affective worker**. Ephemera, v. 7, n. , 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1972

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo**, Traficantes de sueños, Madrid, 2018.

FEDERICI, Silvia. **From Commoning to Debt: Financialization, Micro-Credit and the Changing Architecture of Capital Accumulation**. Committee for the Abolition of Illegitimate Debt, 2014. Disponível em: <https://www.cadtm.org/From-Commoning-to-Debt>

FERNANDEZ, Brena. **Economia Feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros**. Revista de Economia Política, vol 38, no 3 (152), pp 559-583, 2018

FOLEY, Duncan K. **Adam's Fallacy**. London: The Belknap Press of Harvard University, 2006

FORTUNATI, Leopoldina. **Immaterial labour and its machinization**. Ephemera: Theory & Politics in Organization, 7(1), 139–157, 2007. In: <http://www.ephemerajournal.org/sites/default/files/7-1fortunati.pdf>

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. **De la réclusion au cloisonnement: travail domestique et salariat**. In: DEFALVARD, H.; GUIENNE, V. Le Partage du travail: bilan et perspectives. Paris: Desclée de Brouwer, 1998. p.157-168.

FRASER, Nancy. **The End of Progressive Neoliberalism**. Dissent Magazine, 2017. Disponível em:

https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser

FRASER, Nancy. **The Old is Dying and the New Cannot Be Born**. Londres: Verso, 2019.

GAGO, Veronica. **Feminist International: How to Change Everything**. Londres: Verso, 2020.

GODINHO DELGADO, Maria do Carmo. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. São Paulo: PUC. Tese de doutorado. 2007

GOMÉZ-BARRIS, Macarena. **At the Razor's Edge of Democracy: Authoritarian Capitalism and Decolonial International Feminisms**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2021. Disponível em: <https://manifold.umn.edu/read/ces0701-razors-edge-of-democracy/section/97d145cb-d581-43ac-a8a3-116bb02fa660#h-29>

GRECO, Monica, & STENNER, Paul. **Introduction: emotion and social science**. In Monica Greco & Paul Stenner (Eds.), *Emotions: A Social Science Reader* (pp. 1- 21). London: Routledge, 2008.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000. [Ed. bras.: **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001]

_____. **Multitude: war and democracy in the age of Empire**. Nova York: Penguin Press, 2004.

_____. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009. [Ed. bras.: **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2009]

HARTMANN, Heidi I. **The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union**. Boston: South End Press, 1979

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1989.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

HEARN, Alison. **Reality television, *The Hills*, and the limits of the immaterial labour thesis**. Ontario: Faculty of Information and Media Studies, University of Western Ontario, 2010.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v.37 n.132, set/dez. 2007, p.595-609.

HIRATA, Helena. **Globalização, Trabalho e Gênero**. Revista de Políticas Públicas, Vol. 9, N. 1, p. 111-128, 2005.

_____. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise, N. 7, 2015.

HOCHSCHILD, Arlie R. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

HUNT, Emery K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

JAMESON, Frederic. **A cultura do dinheiro**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2001.

KERGOAT, D. **La Division du travail entre les sexes**. In: KERGOAT, J. et al. (dir.). *Le monde du travail*. Paris: La Decouverte, 1998. p.319-327. (Coll. Synos)

LÉON, Magdalena. **Mujeres y trabajo: cambios impostergables**. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003.

LEITE, Taylisi. **Roswitha Scholz e a crítica do Valor: um novo marxismo feminista**. LavraPalavra, 2019. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/08/27/roswitha-scholz-e-a-critica-do-valor-um-novo-marxismo-feminista/>

LISBOA, Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2007.

LUXTON, Megan, & MARONEY, Heather. **Gender at work: Canadian feminist political economy since 1988**. In W. Clement (Ed.), *Understanding Canada: Building on the new Canadian political economy* (pp. 85–117). Montréal, QC: McGill-Queen's University Press, 1996.

MADSEN, Nina. **Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da "nova classe média"**. In: Dawid Danilo Bartelt. (Org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., (1996 [1867])

NELSON, Julie A. *Clocks, Creation, and Clarity: Insights on Ethics and Economics from a Feminist Perspective*. Massachusetts: Tufts University, GDAE Working Paper No. 03-11, 2003.

OROZCO, Amaia Pérez. **Economía del género y economía feminista ¿conciliación o ruptura?** Caracas: Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, 2005.

PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. **The Making of Global Capitalism**. Rio de Janeiro: Editora Verso, 2013.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

REID, Margaret. **Economics of Household Production**. New York: J. Wiley & Sons, 1934.

REYNALDO, Renata Guimarães. **O Fenômeno Global e o papel dos Movimentos Feministas na efetivação de uma Globalização Contra-hegemônica**. Florianópolis: Dissertação submetida à Graduação em Direito da UFSC, 2012.

ROBEYNS, Ingrid. **Is There a Feminist Economic Methodology?** Disponível em: www.ingridrobeyns.nl/Downloads/method.pdf, 2000.

RUBIN, Isaak I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, (1980[1928]).

SCHILLING, Flávia e DE OLIVEIRA, Fernanda Castro Souza. **Globalização, prostituição e tráfico de pessoas**. São Paulo: Revista Comunicare, Dossiê Feminino, Vol. 14, N.º 1, 2014.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos**. CEBRAP, Novos Estudos N.º 45, 1996.

SCHULTZ, Susanne. **Dissolved Boundaries and 'Affective Labor': On the Disappearance of Reproductive Labor and Feminist Critique in Empire**. *Capitalism, Nature, Socialism*, 17(1), 77-82, 2006.

SELFA, Ana & SPINELLI, Letícia. **As Críticas de Carole Pateman e Susan Okin à Dicotomia Público/Privado**. *Revista Sociais & Humanas* - Vol. 31 / No 1, 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., (1996 [1776]).

SOLTY, Ingar. **Authoritarian Capitalism: Is the world transitioning to a post-democratic market system?** Rosa Luxemburg Stiftung, 2019. Disponível em: <https://www.rosalux.de/en/publication/id/40881/authoritarian-capitalism>

TAVARES, Manuela; BENTO, Almerinda & MAGALHÃES, Maria José. **Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o caso da MMM**. Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

TERRANOVA, Tiziana. **Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy**. *Social Text*, 63, v. 18, n. 2, p. 33-58, 2000.

TRONTI, Mario. **Capital 's Plan**. Italy: Quaderni Rossi, 1963.

UNITED NATIONS. **A system of national accounts and supporting tables**. Department of economic affairs statistical office, studies in methods, series F, no. 2 New York: United Nations, 1953.

VAN STAVEREN, Irene. **Feminist Economics: setting out the parameters**. In: Christine Bauhardt and Gülay Caglar, *Feministische Kritik der politischen Ökonomie*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010

ZACHOROWSKA-MAZURKIEWICZ, Anna. **Gender, Unpaid Labour and Economics**. Kraków: Institute of Economics, Finance and Management, Jagiellonian University, 2016.

ZARETSKY, Eli. **O Capitalismo, a família e a vida privada**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.